

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 22 DE FEVEREIRO DE 2007

NÚMERO 5.688

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Kennedy Nunes

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO DA REPÚBLICA
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Sergio Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Darci de Matos
Cesar Souza Júnior.
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Luiz Eduardo Cherem
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Onofre Santo Agostini - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Dirceu Dresch
Gilmar Knaesel
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Sérgio Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
Gilmar Knaesel
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Jean Kuhlmann
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Sérgio Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
Gilmar Knaesel - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Sérgio Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Luiz Eduardo Cherem
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Luiz Eduardo Cherem
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Sérgio Grandó
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Jean Kuhlmann
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1708
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 007ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 22/02/2007.....2

Atos da Mesa

Atos da Mesa - DI.....15
Atos da Mesa15

Publicações Diversas

Extrato16
Ofício.....16
Mensagens Governamentais.....
.....16
Portarias20

PLENÁRIO

ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As nove horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darcy de Matos - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Renato Hinning - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sérgio Grandó - Silvío Dreveck.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEREM - Faz sua despedida da tribuna da Assembléia para assumir a secretaria da Saúde, da qual traça objetivos e anuncia ações; cumprimenta o deputado Serafim Venzon pela posse; anuncia ações da pasta da Saúde.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Deseja sucesso ao deputado Dado Cherem na Saúde e solicita obras para o município de Balneário Camboriú.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Coloca-se à disposição do deputado Dado Cherem para lutar por uma saúde pública melhor para os catarinenses.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Elogia o brilhante trabalho já realizado na secretaria da Saúde pelo deputado Dado Cherem e

manifesta a certeza de que a nova gestão será também proveitosa.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Presta compromisso e juramento e pronuncia-se primeira vez da tribuna da Assembléia como deputado estadual.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Pergunta à Presidência se pode antecipar dois minutos do horário do PSDB para ceder ao deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Serafim Venzon em nome da bancada do PSDB.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pronuncia-se sobre o aniversário do Rotary Club; elogia a bancada da Saúde na Assembléia.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Tece elogios ao trabalho desenvolvido pelo Rotary no Brasil.

DEPUTADO ODETE DE JESUS - Aborda a troca do sistema de cobrança da telefonia de pulsos por minutos.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Pede que seja incluído o nome da deputada Ana Paula Lima na bancada da Saúde por ser enfermeira.

Partidos Políticos

DEPUTADA ADA DE LUCA - Presta homenagem a seu pai, Adão Vânio De Aquino Faraco, e traça as diretrizes para o desempenho de seu mandato.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se ao projeto que trata do plano de cargos e salários dos profissionais médicos; apela pela inclusão dos consultores da educação no plano de cargos e salários da secretaria da Educação; manifesta-se sobre a posição do Ministério Público na demissão dos ACTs do Hospital Celso Ramos e no julgamento dos administradores públicos municipais; registra a presença do presidente do PT de Rio do Sul, Arnaldo Ferreira Chavinho.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Faz um balanço do desempenho do PSDB catarinense na última eleição; cumprimenta o deputado Luiz Eduardo Cherem pela nomeação para a secretaria da Saúde; saúda a chegada do deputado Serafim Venzon; elogia o desempenho da bancada tucana na legislatura anterior.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (aparte) - Elogia os colegas de bancada que vão assumir secretarias de estado e os que estão chegando para ocupar cadeiras no Parlamento.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Reafirma a importância da bancada do PSDB no contexto político do estado e o compromisso de apoiar o governo estadual.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Discorre sobre a necessidade da implantação da SC-439, que liga a serra ao litoral, importante via para o turismo e para o escoamento da produção hortifrutigranjeira; parabeniza a deputada Ada De Luca pelo belo pronunciamento.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se às precárias condições do Hospital Materno-Infantil de Joinville.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute moção de sua autoria a ser enviada ao superintendente do DNIT em Santa Catarina pedindo a inclusão no PAC da ferrovia de integração oeste/litoral.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute moção de sua autoria, a ser enviada ao ministro das Minas e Energia e ao presidente da Eletrosul, solicitando que seja excluída do PAC a construção da hidrelétrica de Itapiranga.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Cumprimenta a escola de samba Consulado por ter vencido o carnaval de Florianópolis; informa que foi eleito para representar o município de São José; parabeniza a deputada Ada De Luca pelo pronunciamento; lembra que um grupo restrito das Forças Armadas é que deflagrou o Golpe de 64; discorre sobre a importância do sociólogo Darcy Ribeiro e informa sobre sessão solene a ser realizada em sua homenagem e sobre o lançamento do livro *Darcy e a Criminalidade Acadêmica*.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Responde ao deputado Kennedy Nunes, que teceu considerações sobre as más condições do Hospital Materno-Infantil de Joinville; convida para a Festa do Caminhoneiro, em Balneário Arroio do Silva.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Defende o governo estadual, que está recuperando também o Hospital e Maternidade Tereza Ramos, de Lages.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Confirma as denúncias feitas acerca do Hospital Materno-Infantil de Joinville e reafirma o direito da Oposição tecer críticas ao governo.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Proceda à defesa do governo do estado e critica a forma da Oposição utilizar a tribuna da Assembléia.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Elogia a postura do deputado Edson Piriquito na defesa do governo do estado e a biografia política do governador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Luiz Eduardo Cherem, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEREM - Sr. presidente, sra. deputada, demais deputados desta Casa, ocupo a tribuna na manhã de hoje com o intuito de dizer um até logo a todos vocês, um até breve, pois estou retornando à secretaria de estado da Saúde. E por uma gentileza da Mesa, à qual, em nome do presidente Julio Garcia, agradeço, ocupo a tribuna neste momento.

Com certeza teremos pela frente vários desafios, pois todos sabem que lidar principalmente com saúde e segurança são dois desafios permanentes que temos no dia-a-dia. Mas, com certeza, com a vontade e com a determinação do governador Luiz Henrique da Silveira e do nosso vice-governador Leonel Pavan, com a equipe que temos hoje na secretaria de estado da Saúde, uma equipe técnica de profundo conhecimento e acima de tudo, sr. presidente, uma equipe que tem e quer fazer saúde pública, encontramos um diferencial que nos impulsiona.

Quero aqui, também, sr. presidente, aproveitar o momento para fazer uma saudação especial ao deputado Serafim Venzon, que assume em meu lugar, dizendo-lhe que é bem-vindo a esta Casa. Em nome da bancada do PSDB e em nome de seus colegas de partido desejamos a s.exa. sucesso nesse período que terá pela frente no Parlamento catarinense. Com toda a sua experiência como vereador, como vice-prefeito, como deputado federal por três legislaturas, tenho certeza de que ganhará o Parlamento catarinense e principalmente a saúde pública catarinense.

V.Exa. como médico, com o sr. deputado Antônio Aguiar, que também é médico, com o deputado Dagomar Carneiro, que é dentista, e com o dr. deputado Jailson Lima, fará de tudo para que cada vez mais possamos superar os obstáculos que teremos pela frente, no dia-a-dia. As pedras em nossos caminhos precisam ser superadas. E com a ajuda de v.exas. aqui, no Parlamento, profissionais ligados à área da saúde, profissionais com sensibilidade social, de extrema importância para todos que ocupam uma atividade pública, vamos com certeza tirar uma a uma essas pedras que nos são colocadas no dia-a-dia.

Na Legislatura 2002/2006 esta Casa teve dois deputados defendendo os interesses de Brusque e região, ou seja, eu e o deputado Paulo Eccel, que também cumpriu brilhantemente o seu trabalho, a sua função no plenário. E saio agora com a certeza de que tanto v.exa. como o deputado Dagomar Carneiro atenderão os anseios da comunidade brusquense e de todo o vale do rio Tijucas, aquela nossa região belíssima, uma região que tem Brusque como carro-chefe. Pela riqueza sócio-econômica dos municípios, pela pujança de sua gente, pela cultura da nossa região, não tenho dúvida de que o seu trabalho será facilitado.

Quero aqui também dizer aos srs. deputados desta Casa que com certeza vamos estar lá à disposição, para responder os anseios que muitas vezes caem no seu colo, no dia-a-dia, no cotidiano da nossa vida pública. E estou convencido cada vez mais que é no colo do vereador, do prefeito, do deputado que chegam os pedidos para resolver, principalmente os pedidos relacionados à saúde pública.

Aproveito também, sr. presidente, para fazer um convite a todos os deputados desta Casa, para que no dia 27 estejamos na cidade de Xanxerê, deputado Manoel Mota, para fazer o credenciamento administrativo da referência em cardiologia, em cirurgia cardíaca, em todo o meio-oeste catarinense. E aqueles pacientes que eram referenciados no Instituto de Cardiologia de São José, que vinham do meio-oeste, não precisarão mais se deslocar para a cidade de Florianópolis. Estaremos lá, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira, com o vice-governador Leonel Pavan, com a nossa diretora-geral Carmem e com todas as lideranças políticas da região, para fazer esse ato administrativo que com certeza vai trazer muito conforto e benefício para aquela população.

No dia 27, também pela manhã, deputado Manoel Mota, estaremos entregando na capital todas as reformas e compra de equipamentos do Hospital Celso Ramos. São nove salas de cirurgia. O deputado Antônio Aguiar, que é cirurgião, bem como o deputado Serafim Venzon sabem da importância que é entregarmos nove salas no centro cirúrgico do Hospital Celso Ramos, um tomógrafo para o hospital, toda a parte de esterilização também, o que vai atender com certeza a resolutividade cirúrgica daquele hospital.

No dia 5 de março estaremos também entregando a nova emergência do Instituto de Cardiologia. Imaginem, tínhamos uma entrada para dois serviços no Hospital Regional de São José. Tínhamos apenas uma porta para atender todo o hospital e para atender todo o Instituto de Cardiologia. Mas agora construímos um prédio próprio para a emergência do Instituto de Cardiologia e vamos separá-la do Hospital Regional de São José. Inclusive, fazemos aqui um convite a todos os deputados para - provavelmente em março, abril, maio e junho teremos novas inaugurações no estado - a entrega de equipamentos, como o equipamento de ressonância magnética, na cidade de Canoinhas, Chapecó e Lages, enfim.

Quero aproveitar também para dizer ao deputado Edson Piriquito, que vai representar-nos na região da Amfri, bem como ao deputado Jandir Bellini, que com certeza mesmo eu não estando neste plenário o meu espírito continuará aqui, na Assembléia, para que possamos dignificar e representar muito fortemente a região da Amfri, que é de extrema importância para todos nós que vivemos o dia-a-dia político daquela cidade, uma região que cada vez mais emerge aos olhos do Brasil e do Mercosul.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero dizer que a Assembléia Legislativa perde evidentemente com a saída de v.exa., mas o deputado Serafim Venzon, que chega com experiência, vai cobrir essa lacuna e vai trazer novos conhecimentos para esta Casa. Temos pleno conhecimento do trabalho extraordinário que fez à frente daquela pasta difícil, mas com a sua competência e a de sua equipe superou todas as dificuldades. E temos convicção de que vai fazer um grande trabalho e desejamos que tenha pleno êxito.

Conte com a nossa bancada para que possa desenvolver um extraordinário trabalho para o povo catarinense. É isso o que nós desejamos neste momento em que inicia mais uma missão na secretaria da Saúde! Parabéns, deputado, por assumir a pasta e sucesso!

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEREM - Obrigado.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. concede-me um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEREM - Pois não.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Deputado Dado Cherem, eu quero externar publicamente, na condição de adversário político que somos em Balneário Camboriú, o reconhecimento que tenho pela sua pessoa e pelo brilhante trabalho que faz.

Digo que tive o prazer de aqui estar e vivenciar alguns poucos dias, é verdade, com v.exa. nesta Casa, mas foram suficientes para que conseguíssemos evoluir na questão do nosso relacionamento político, esse que nós, em Balneário Camboriú, estamos amadurecendo, e muito.

Dirigindo-me a v.exa. já como secretário da Saúde - e eu sei que realizará um grande trabalho -, gostaria que conseguíssemos levar para a região da Amfri os atendimentos de alta complexidade. Temos um entendimento um pouco diverso de v.exa., mas creio que o objetivo é igual, que um atendimento de mais qualidade seja instalado em nossa região.

Então, quero desde já, publicamente, pedir uma audiência a v.exa., para que possamos dar o tratamento devido a esse assunto que tanto aflige o nosso povo.

Muito obrigado, boa sorte e que consiga realizar tudo aquilo que idealizou desenvolver à frente da importante pasta da Saúde.

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEREM - Muito obrigado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. concede-me um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero parabenizar v.exa. pelo retorno à secretaria da Saúde e dizer que estamos nesta Casa para ser parceiros no fortalecimento da saúde pública de Santa Catarina, inclusive, na defesa de que a CPMF seja repartida com estados e municípios, para que possamos ter um serviço de maior qualidade para o nosso povo.

Muito obrigado.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. concede-me um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEREM - Ouço v.exa.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Parabéns, deputado Dado Chereim, sei que v.exa., mais uma vez, vai cumprir com muita dignidade essa árdua missão. Conte conosco.

O SR. DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEREM - Obrigado, deputada.

Quero, então, agradecer a manifestação de todos os colegas que fizeram uso do microfone de aparte e dizer ao meu líder, deputado Marcos Vieira, que com certeza estaremos na secretaria da Saúde para representar o partido da melhor forma possível.

Quero aqui, deputado Julio Garcia, agradecer a todos os deputados que com suas críticas construtivas engrandecem a nossa vida pública, pois sabemos o quanto isso é importante. Quero dizer a todos os colegas parlamentares o meu muito obrigado por tudo e fazer um pedido à pastora Odete de Jesus e ao deputado Narcizo Parisotto, no sentido de que se lembrem deste deputado nas suas orações, para que, naqueles momentos difíceis em que temos que tomar decisões, a luz divina nos ilumine. Que Deus me ajude!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência acusa o recebimento do ofício do deputado Luiz Eduardo Chereim, vazado nos seguintes termos:

(Passa a ler)

"Aprez-me cumprimentá-lo cordialmente, venho através do presente e em conformidade com o artigo 45 da Constituição Estadual, comunicar a V.Excia. que a partir desta data, estarei assumindo o cargo de Secretário de Estado da Saúde.

Comunico ainda que, conforme determina o artigo 45, § 3º da Constituição Estadual, faço a opção de receber a remuneração do mandato de deputado estadual.

Sendo o que se apresenta para o momento, colho da oportunidade para manifestar votos de consideração e apreço."[sic]

Em consequência, a Mesa Diretora baixa o seguinte ato:

(Passa a ler)

"ATO DA MESA Nº 017-DL, de 2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso II do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Antonio Serafim Venzon, 1º Suplente do PSDB, para ocupar a cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Luiz Eduardo Chereim, indicado para o cargo de Secretário de Estado da Saúde.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 22 de fevereiro de 2007

(a)Deputado Julio Garcia

Presidente

(a)Deputado Dagomar Carneiro

Secretário

(a)Deputado Antônio Aguiar

Secretário"[sic]

A Presidência convida o deputado Serafim Venzon para prestar o juramento da tribuna, na forma da legislação vigente.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Prometo defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado de Santa Catarina, e observar as leis, desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência convoca também o sr. deputado para a assinatura do termo de compromisso e posse.

(Procede-se à assinatura do termo de posse.)

Declaro empossado o cidadão Serafim Venzon no cargo de deputado estadual.

(Palmas)

Demonstrando agilidade, já está inscrito o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, quero saudar de forma muito especial cada um dos membros da Mesa Diretora desta Casa, cada uma das sras. deputadas, e dos srs. deputados. Quero saudar ainda cada uma das pessoas que acreditaram em Serafim Venzon, cada um dos catarinenses, que, lembrando o último evento eleitoral, também acreditaram em cada uma das sras. deputadas e em cada um dos srs. deputados, pois graças a essa confiança que cada um de nós recebeu deste povo carinhoso, hoje nos orgulhamos de juntos representarmos os seus anseios. Tenho certeza de que o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário, forças organizadas da sociedade, buscarão dar o devido encaminhamento e a melhor solução para os problemas que mais afligem a sociedade catarinense.

Saúdo, de minha parte, os 28.496 eleitores que, de forma carinhosa, acreditaram em Serafim Venzon, sem que haja no meio deles algum a quem eu deva agradecer mais. Agradecer mais porque foram os meus primeiros fiadores, agradecer mais porque foram os que, além de acreditarem, além de confiarem, fizeram tudo para que o nosso projeto chegasse a cada um daqueles que, depois, nos confiaram o voto. Agradeço aos meus funcionários do gabinete anterior, pois como disse aqui o deputado Dado Chereim, tive a honra de representar Santa Catarina no Congresso Nacional durante quase dez anos. É que, naturalmente, a Câmara dos Deputados é, também como esta Assembléia, uma grande escola para o nosso dia-a-dia, para a vida de todos nós.

Quero agradecer de forma muito carinhosa às pessoas que estiveram ainda mais próximas de mim, como a minha mãe, os meus irmãos, a minha esposa Inia, os meus filhos e tantas outras pessoas da minha família, que deram muito mais, que fizeram, muitas vezes, um esforço ainda maior do que nós mesmos, para que neste momento pudéssemos estar aqui assumindo este honroso cargo.

Gostaria de colocar de início, sr. presidente, que a minha intenção primeira é ser um representante e um colaborador do povo catarinense. Aqui está mais um coração, um par de ouvidos e uma alma voltada a tantos catarinenses que, sei, podem encaminhar os seus pedidos, podem encaminhar os seus desafios através desta Assembléia e através deste deputado.

Chego à Assembléia Legislativa como cada um de vocês, talvez com um pouco mais de esforço, neste momento pós-eleitoral, pois estou na condição de suplente e aqueles que já passaram por isso sabem o que significa. Por isso, quero agradecer de forma muito carinhosa por esse fato, por esse ato, primeiramente, ao meu partido, o PSDB. E vejo aqui o líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, e em seu nome quero lembrar o nosso presidente Dalirio Beber, o nosso vice-governador Leonel Pavan e um grande número de tucanos.

Vejo aqui também os presidentes do PSDB do vale do rio Tijucas, do vale do rio Itajaí Mirim, da foz do rio Itajaí, que junto com o líder da bancada dar-nos-ão o apoio para bem desempenharmos o mandato que estamos assumindo neste momento.

Agradeço ao deputado Dado Chereim, que em nome do partido, para o engrandecimento do partido, para a valorização não só de Serafim Venzon, mas de todos aqueles que participaram da eleição, abriu espaço para que ocupássemos uma cadeira nesta Casa, gerando ma boa expectativa para todos aqueles que foram candidatos e que têm, na verdade, intenção de assumir como deputados. O deputado Dado Chereim pode ter a absoluta certeza de que aqui farei tudo para honrar a cadeira que me cedeu. Estarei neste Parlamento para dar a devida sustentação legislativa, junto com os demais colegas, a fim de que a saúde em Santa Catarina, que já foi muito pior, que melhorou muito neste último governo e melhorará ainda mais, chegue com qualidade sempre mais perto de todos os catarinenses.

Quero ainda agradecer de forma muito carinhosa ao governador Luiz Henrique da Silveira, que respeitando naturalmente os nossos direitos como candidato, valorizou-nos, demonstrou sua consideração por Serafim Venzon apoiando nossa posse nesta Casa.

Por isso quero deixar aqui o meu carinhoso abraço, os meus agradecimentos e dizer que nós fomos companheiros de campanha e seremos companheiros de governo para que a sociedade catarinense receba aquilo que merece.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu pediria ao presidente que me permitisse mais alguns minutos, para que eu pudesse conceder um aparte ao deputado Marcos Vieira, líder do nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - De acordo com o procedimento regimental e de praxe, v.exa. tem 30 segundos para concluir e, posteriormente, no horário do PSDB, v.exa. terá mais dez minutos. O líder já disse que assegura o horário a v.exa.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - No horário político do PSDB posso conceder dois minutos ao deputado Serafim Venzon, que seriam descontados do horário político do nosso partido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Trata-se de um problema interno. Evidentemente que no horário do partido v.exa., como líder, é quem manda. De resto, temos que seguir o Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Mas posso antecipar dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Já está contando tempo.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Quero cumprimentar o deputado Serafim Venzon pela posse hoje, aqui no plenário, em nome dos demais deputados, principalmente os da região da foz do rio Itajaí e da cidade de Brusque.

Quero dizer ainda que o PSDB se sente muito honrado de tê-lo aqui na Assembléia...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Infelizmente, deputado, v.exa. terá que esperar pelo horário do partido.

O próximo orador inscrito é o deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, nobres deputadas, nobres deputados, gostaríamos de saudar o novo integrante desta Casa, o médico Serafim Venzon, que toma posse no lugar do eminente secretário da Saúde, deputado Luiz Eduardo Cherem.

Gostaríamos também de saudar o nosso companheiro de bancada Elizeu Mattos, que ontem tomou posse, e desejar-lhe uma profícua estada no nosso meio. Somos sabedor que Lages necessita de um representante e temos certeza de que s.exa. fará tudo para bem representar o planalto serrano.

Gostaríamos, neste momento, de lembrar que no dia 23 de fevereiro, o Rotary Internacional realizou a sua primeira reunião, presidida por seu fundador, Paul Percy Harris, que nasceu em Racine, no estado de Wisconsin, Estados Unidos. Advogado, fez com que o Rotary Internacional se expandisse no mundo inteiro.

Companheiros rotarianos, a minha homenagem especial ao Rotary Internacional, que no dia 23 de fevereiro completa 102 anos de existência e de grandes serviços prestados à comunidade.

Sendo o Rotary Internacional um clube de serviço, temos, sem dúvida nenhuma, que pensar na prova quádrupla: o que pensamos, o que dizemos e o que fazemos. Primeiro, é verdade? Segundo, é justo para todos os interessados? Terceiro, criará boa vontade e melhores amizades? Quarto, será benéfico para todos os interessados?

(Passa a ler)

"O objetivo do Rotary é estimular e fomentar o ideal de servir, como base de todo empreendimento digno, promovendo e apoiando:

I - O desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidade de servir.

II - O reconhecimento do mérito de toda a ocupação útil e a difusão das normas da ética profissional.

III - A melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um na vida pública e privada.

IV - A aproximação dos profissionais de todo mundo, visando à consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações."

Os nossos parabéns, especialmente, ao Rotary Club de Canoinhas, do qual faço parte. Parabéns ao seu presidente Alfredo Eike Bach e em seu nome saúdo todos os rotarianos, especialmente de Canoinhas, do planalto norte, de Santa Catarina e do Brasil.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Não poderia deixar, nobre deputado, de fazer menção a este Dia Internacional do Rotary Club e as suas colocações quanto a esta instituição americana centenária, que se disseminou, que se consolidou em todo o mundo e que desenvolve um trabalho de notável reconhecimento em praticamente todos os países.

Mas podemos falar mais especificamente do trabalho desenvolvido no Brasil, em nosso estado, em Joinville, na minha região e em Canoinhas, que v.exa. citou: o Rotary Club é uma instituição que congrega pessoas de bem, que congrega voluntários, que congrega cidadãos que, desinteressadamente, fazem as coisas acontecerem. Pessoas que ajudam famílias carentes, pessoas que desenvolvem um trabalho educativo, pessoas que desenvolvem um trabalho de busca da conquista da cidadania plena.

Nos Estados Unidos, praticamente, 80% do trabalho social é desenvolvido em parceria com os clubes de serviço, com o voluntariado e o poder público. Também no Brasil temos conseguido desenvolver parcerias fundamentais do poder público com entidades não governamentais. E o Rotary Club é uma instituição que orgulha o nosso país, que orgulha o nosso estado.

Portanto, deputado Antônio Aguiar, o seu discurso, a sua preleção sobre esse trabalho excepcional que o Rotary Club desenvolve em nosso estado, em nossos municípios, para o bem da nossa nação, tem que ser elogiado, tem que ser consolidado, porque é de relevante significado.

Parabéns pelas colocações.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - O nosso muito obrigado, deputado Darci de Matos, v.exa. que representa também, neste momento, o Rotary de Joinville.

Nós queremos continuar a nossa homenagem aos médicos e deputados Serafim Venzon, Jailson Lima e Antônio Aguiar e aos dois dentistas e deputados Dagomar Carneiro e Dado Cherem.

Vejam, srs. deputados, que nós temos cinco deputados na Assembléia Legislativa que representam a saúde. Então, nós já podemos fazer a nossa bancada da Saúde, com cinco deputados, não é, deputado Dagomar Carneiro?

Isso faz com que a saúde comece realmente a tomar rumos diferentes na Assembléia Legislativa. Na legislatura passada, estávamos somente eu e o deputado Dado Cherem, mas hoje temos um reforço significativo e, sem dúvida nenhuma, acho que essa proposta da bancada da Saúde é boa para todos nós e para o povo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, a deputada pastora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, nosso colega deputado Clésio Salvaro, que muito nos honra por estar presidindo esta sessão, integrantes da Mesa, sra. deputada, srs. deputados, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisada, quero parabenizar a TVAL e a Rádio AleSC Digital por levarem aos lares as informações de tudo aquilo que nós, parlamentares, estamos realizando aqui para defender a população catarinense.

Desejo saudar também os nobres colegas que estão aqui contribuindo com a população catarinense. Um é o deputado Elizeu Mattos, que assumiu ontem, e o outro é o deputado Serafim Venzon. V.Exas. vão encontrar, com certeza, muitos desafios, mas nós, neste grande casarão onde se faz leis, estaremos unidos para defender, em primeiro lugar, o povo catarinense. Que os nobres deputados se sintam bem aqui conosco.

Quero, de igual forma, parabenizar o deputado Dado Cherem, atual secretário da Saúde, e dizer a ele que é uma pessoa de muita coragem para assumir uma pasta de tamanha importância. Porque a população catarinense, as pessoas não podem prever a hora que vão adoecer e necessitar de internações, de materiais cirúrgicos, de materiais descartáveis, tarefa essa que é de muita responsabilidade.

Mas eu muito me alegrei quando v.exa. salientou que o Hospital Celso Ramos, que é referência, estará pronto com toda essa modernização. Isso me deixa feliz porque eu sou uma das parlamentares que mais lhe incomodam e fazem muitas solicitações, mas eu vou continuar sempre enviando os meus pleitos na área da Saúde.

Quero que Deus o abençoe e tenho certeza de que v.exa. terá, com certeza, muito sucesso, pois é um deputado de muita experiência nessa área. É o que nós lhe desejamos!

Mas hoje, pela manhã, sr. presidente, li no jornal *Diário Catarinense*, na página 13, que a cobrança por pulso no telefone fixo só será feita até julho. Então, volto a salientar, deputado Jailson Lima, que mais uma vez a população catarinense será lesada; mais uma vez ela será assaltada no seu bolso; mais uma vez ela terá que pagar a conta e mais uma vez ela estará com aquele sentimento de perda e até mesmo sendo lesada nos seus direitos. Esta seria a palavra correta, srs. deputados.

Essa história de mudança no sistema de cobrança da telefonia de pulso para minuto vai gerar na cabeça do consumidor uma grande confusão! Eu tenho a sensação de que tudo não passa de uma tremenda confusão feita para se justificar diante dos consumidores.

Claro que teremos a oportunidade de saber detalhadamente, sr. presidente, como gastamos nosso dinheiro, aliás, como o povo catarinense gasta o seu dinheiro para usar o telefone. Porque o telefone, hoje, é um instrumento de muita importância para nós, parlamentares, e para as pessoas que estão dentro de seus lares quando precisam fazer um internamento imediato. O telefone passou, então, a ser uma ferramenta de utilidade imediata e importante.

Assim sendo, eu gostaria de fazer um questionamento, sr. presidente. A minha assessoria já deve ter protocolado uma moção, porque eu gostaria de saber quem nos vai ressarcir pelos anos de prejuízo que tivemos como consumidores dos serviços de telefonia. Serão as companhias de telefone? Será o estado? Alguém tem que nos dar as devidas informações!

Enfim, srs. deputados e sra. deputada, essa sensação de frustração e até um sentimento de impotência deve estar martelando na cabeça dos consumidores catarinenses neste momento. O que fazer diante da descoberta de que vínhamos sendo lesados todos esses anos, com um sistema de cobrança injusto?!

Podemos protestar e mobilizar a população para que se posicione pela devolução desse dinheiro que é seu, é nosso, é um dinheiro suado, ganho com muita honradez, porque a população teve perdas. O direito ao ressarcimento por essa cobrança indevida tem de ser respeitado.

Srs. deputados e sra. deputada, sabemos que não basta apenas que esta moção de minha autoria seja protocolada nesta Casa Legislativa, deputado Gilmar Knaesel. O sistema de telefonia é muito grande e muito rico. É poderoso! Mas não desistiremos. É preciso que nós nos unamos em favor da população catarinense, afinal de contas fomos eleitos para sermos os porta-vozes dessa população, daqueles que não têm acesso, não têm condição de dar um grito de socorro para mobilizar os responsáveis.

Então nós, sr. presidente, votamos, nesta Casa Legislativa, pela extinção da tarifa básica mensal, aquilo que está sendo arrancado do nosso bolso, mais ou menos R\$ 38,00, todos os meses. Todos os meses nós pagamos e enriquecemos as empresas de telefônicas que já estão poderosas. E estamos enriquecendo-as cada vez mais.

Por isso, esta deputada, juntamente com os seus pares, fez um apelo aos deputados federais que representam o estado de Santa Catarina, para que nos ajudem, porque essa matéria é de competência da esfera federal. Nós precisamos de ajuda, pois não queremos mais pagar e enriquecer quem já está rico! E eu tenho certeza de que a população catarinense, deputado Edson Piriquito, também já não suporta mais.

Se formos somar, todos os meses, essa quantia de R\$ 38,00, vai dar um valor bem grande, valor esse que estamos sendo obrigados a pagar indevidamente e que eu repudio.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de incluir o nome, na bancada da Saúde, da deputada Ana Paula Lima, que é enfermeira e que, portanto, pertence ao quadro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Estamos a cinco minutos do horário destinado aos Partidos Políticos. O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares. Eu pergunto a s.ex.a. se deseja utilizar os cinco minutos. Se não desejar, passaremos agora para o horário destinado aos Partidos Políticos e depois seguiremos a lista.

(O deputado Sargento Amauri Soares aquiesce.)

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros dez minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo nenhum orador do PFL que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a deputada Ada De Luca, por até 15 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Bom-dia, srs. deputados, sr. presidente, sras. deputadas e todos os funcionários desta respeitável Casa.

(Passa a ler)

"Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, desejo iniciar minha primeira apresentação nesta tribuna parodiando a nossa famosa poetisa brasileira Cecília Meirelles. Ela disse em um dos seus poemas mais célebres: 'Eu canto porque o instante existe'. E eu digo agora: eu falo porque o instante existe. E este instante democrático existe porque muitos outros brasileiros, antes de nós, lutaram, deram suas vidas e empenharam-se na luta em todos os seus matizes para construir e alicerçar solidamente esta estrada larga e sem curvas dos caminhos da democracia.

Expresso meu orgulho por ter sido distinguida pelos cidadãos do meu estado, dos mais distantes rincões e dos mais variados e distintos níveis sociais, para desempenhar este honroso mandato à Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Também expresso meus agradecimentos a todos os que contribuíram com seus votos, dedicação e trabalho, para que juntos pudéssemos vivenciar este momento.

Não é só um momento ou um instante de satisfação, mas é, sobretudo, a oportunidade de desempenhar, com responsabilidade e dedicação, a missão que me foi conferida pelas urnas. Em nome desses milhares de catarinenses que me confiaram o mandato, manifesto meu inquebrantável desejo de exercê-lo com honradez, com dignidade, com redobrado esforço para concretizar suas esperanças, seus sonhos e seus ideais, que se traduzem em condições de vida mais dignas, justas e mais solidárias para toda a população.

Este é o instante, segundo Cecília Meireles, de cantar e também de recordar, para que não se perca a memória, o significado das lutas do povo pela reconquista da democracia, que, em um passado não distante, foi brutalmente subtraída do povo de maneira golpista. Foram as lutas do dia-a-dia, as noites indormidas, as campanhas incansáveis, a vigilância alerta, que fizeram com que este mesmo povo pudesse reconquistar, palmo a palmo, dia-a-dia, como num ressurgir das cinzas, a fênix da liberdade, o estado democrático de direito em que vivemos.

Foi uma época em que não se tinha sequer o direito de ter opinião pública. Foi com muito sacrifício e muitas lágrimas que homens e mulheres deste país puderam novamente se reunir para saudar e cantar a liberdade e exercer este inalienável direito de escolher seus representantes sem o tacho das botas e sem a pressão das baionetas. Voltamos a viver em liberdade construindo nossa própria identidade de pátria livre e de sociedade em que se pode viver com altivez, respeito e cidadania.

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, estas palavras identificam minha vivência com a vida política e partidária deste país. Desde a mais tenra idade, em casa, desde cedo, ouvi falar da participação política de meu tetravô, padre Rafael Faraco. Na condição de deputado estadual, exerceu a Vice-Presidência desta Casa nos idos anos de 1899 e 1900.

Aprendi também convivendo com meu querido e sempre lembrado avô, Addo Caldas Faraco, que exerceu, por três vezes, ou seja, por 12 anos, o cargo de prefeito de Criciúma. Ainda na infância, tive a honra e a

imensa satisfação de poder acompanhar, quase diariamente, as atividades políticas e partidárias exercidas pelo meu pai, Addo Vânio De Aquino Faraco, que nesta mesma Assembléia exerceu o mandato de deputado estadual pela histórica legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, de 1962 a 1964. Devo a esse homem resoluto, destemido, ativo e combatente o conhecimento e as lições da vida partidária desde os primeiros anos de minha infância.

Estas recordações de ontem correm pelas minhas veias e fazem-me transpirar toda a vida política de que pude participar. Desejo, por isso, nesta minha primeira manifestação como parlamentar, prestar minhas sentidas homenagens a todos os que lutaram naqueles terríveis dias da vida brasileira. Tempos em que a liberdade silenciava na paz dos cemitérios.

De maneira mais humana, mais pessoal e mais sentida, desejo transmitir ao meu pai, Addo Vânio De Aquino Faraco, esteja onde estiver, minha mais profunda homenagem, pelo amor que me dedicou, pelo exemplo com que ele me ensinou, pelas lutas de que participou e pela tenaz e permanente convicção de que devemos pautar nossas vidas por determinações fortes, capazes de suscitar ao mais incrédulo dos seres humanos que a construção de um novo mundo só é possível com pertinácia incansável e com uma obstinação de vida.

Foi preso na penumbra da noite pelos algezes do regime militar. Esteve no fundo do cárcere, punido por expressar sua opinião e por ousar defendê-la. Nunca titubeou. Não experimentou momentos de indecisão política. Viveu no campo aberto em defesa da democracia. Por ela sofreu, perdeu o emprego e foi o primeiro político catarinense que teve seus direitos políticos cassados nas primeiras horas do golpe militar, em abril de 1964.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, meu pai, Addo Vânio De Aquino Faraco, teve uma intensa e ativa participação política e social em defesa dos trabalhadores das minas de carvão. Ainda moço, com mais de 20 anos, exerceu o cargo de agente do Instituto de Aposentadoria e Pensões, órgão responsável por oferecer a proteção previdenciária aos trabalhadores nos seus momentos de incapacidade física. Esteve ao lado dos necessitados, dos que não tinham voz para falar bem alto e em bom tom contra as extenuantes jornadas de trabalho no subsolo, na condição quase escrava a que esses trabalhadores naquela época eram submetidos.

Sua pertinaz obsessão por garantir melhores condições de vida dos operários fez com que ele levasse para a região mineira o atendimento prestado pelo então Serviço de Assistência Médica Domiciliar, a bancada da saúde deve lembrar do Samdu, o qual foi instalado nas cinco principais cidades do sul. Também nessa época, de 1958 a 1960, lutou junto à administração federal e conseguiu que fossem criados, também na região sul do estado, mais de 12 postos do serviço de alimentação da Previdência Social, o Saps, que vendia para a população pobre os gêneros de primeira necessidade com reduzido custo.

Em 1960, à frente da agência do Iapetec, conseguiu instalar em Criciúma a segunda agência especial daquele órgão, criada no governo Juscelino Kubitschek, pelo Decreto n. 48.277, de 8 de junho daquele mesmo ano, com radiação geográfica nas grandes concentrações de trabalhadores, desde Araranguá, Lauro Müller, Urussanga, Siderópolis, Tubarão e Laguna.

Esse instituto, sr. presidente, só possuía uma agência especial em todo o território brasileiro, em Santos, dada a importância daquele porto marítimo na vida social e econômica daquela cidade. A segunda agência especial foi instalada em Criciúma, com o objetivo de oferecer melhores condições de atendimento e maior atenção diante das prementes necessidades dos homens e mulheres da região carbonífera. Como que para punilo, mas penalizando toda a população do sul do estado, o regime militar de 64 tratou de imediato de extinguir todos esses órgãos de atendimento à população. Foi desta forma que desapareceram, em primeiro lugar, em toda Santa Catarina, o Samdu, o Saps e a Agência Especial do Sul do Estado.

Além de deputado estadual, exerceu o cargo de secretário de estado do Trabalho, no governo Celso Ramos, na qual desempenhou intensa atividade para integrar os sindicatos dos trabalhadores aos órgãos do ministério do Trabalho e com o registro regular de suas atividades facilitar a tramitação de suas reivindicações nos demais fóruns ministeriais.

Nunca deixou, com suas palavras, de transmitir a mim e a meus irmãos os valores da democracia, da liberdade e da justiça social. Em Getúlio Vargas e Juscelino Kubistcheck meu pai buscava inspiração e estímulo para participar da construção de uma sociedade mais justa, fraterna e libertária. Emergiu do caos da ditadura para voltar, com a anistia política, a exercer suas atividades partidárias na lenda consagrada da resistência democrática, o generoso MDB, então conduzido com maestria e dignidade pelo saudoso dr. Ulysses Guimarães.

Meu pai veio falecer ao final de 2005, ao tempo que vinha eu sendo estimulada pelo nobre governador Luiz Henrique da Silveira a concorrer a uma cadeira nesta augusta Casa. Ao transmitir-lhe e ao meu esposo, o ex-deputado Walmor De Luca, a conversa que tivera com o governador Luiz Henrique da Silveira sobre uma possível candidatura, dele ouvi: 'Filha, se for desejo do governador, teu amigo, debes tentar! Vai e busca no seio do povo resgatar o mandato que um dia os catarinenses livremente me confiaram e a ditadura militar me tomou'. Assim, prometi resgatar o mandato que a ditadura lhe usurpara em 1964 e hoje estou aqui para prestar-lhe esta saudosa e merecida homenagem.

Confesso, srs. deputados, que vivenciei na campanha momentos de desalento e cansaço. Momentos em que me indagava se valia a pena continuar. Mas cada vez que a tentação me assaltava, a visão e a lembrança de meu pai, de sua resistência e tenacidade recriavam minhas energias e no dia seguinte continuava 'como se nada houvesse sido em vão', lembrando o pensamento do saudoso presidente Tancredo Neves.

O horizonte de minha consciência política, herança de meu avô e de meu pai,

amplia-se e consolida-se ao casar-me com Walmor De Luca, vereador em Içara e depois deputado federal por quatro legislaturas. Nossos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade se somam na construção do MDB, bastão da resistência democrática. Em Brasília, integro-me, então, na campanha da anistia política, na luta pelas Diretas Já e, especialmente, na organização do PMDB Mulher. Participando sempre da política do meu estado e do meu partido, concorri, na primeira eleição direta, ao governo do Distrito Federal como candidata a vice-governadora.

É com esse aprendizado todo, sras. deputadas e srs. deputados, que considero esta Casa Legislativa o espaço mais importante da prática democrática. No Parlamento administram-se os conflitos entre as várias tendências da sociedade, através dos representantes de idéias divergentes, de interesses opostos e de representações partidárias diversas. Tenho plena convicção de que, para bem exercer suas funções, o deputado deve sempre se orientar pela ética e pelas normas do direito parlamentar. O trabalho do legislador deverá refletir as aspirações e tendências da fatia da sociedade que representa, provendo a tempo o que falta nas leis. Cabe ao deputado dar atenção à fiscalização do Executivo, reclamando das autoridades constituídas as medidas que hão de ser tomadas para o bom andamento da coisa pública.

O espírito republicano que se impõe a todos nós poderá levar-nos a críticas, quando necessárias e impositivas, no intuito de buscar o melhor, porém conscientes de que a oposição sistemática não leva a lugar nenhum e, sobretudo, atrasa o desenvolvimento político que devemos continuamente almejar.

É com estes entendimentos e muito respeito ao povo do meu estado que pretendo exercer minha função nesta Casa, dando ênfase às questões sociais que envolvem o pleno exercício dos direitos humanos, em especial, os direitos da mulher, da família, das minorias marginalizadas, combatendo com vigor e tenacidade qualquer tipo de discriminação.

Finalizo, sr. presidente, voltando aos versos de Cecília Meirelles:

'Minha vida bela
Nada mais adianta
Se não há uma janela
Para a voz que canta.'

A janela dos versos da notável poetisa é esta tribuna.

Nela agora eu canto.

Canto saudando a todos quantos me ajudaram a chegar até aqui e aos quais agradeço profundamente o sacrifício, o trabalho e a solidariedade que não me faltaram.

Para eles eu canto.

A luta vale a pena, quando a causa não é pequena.

Muito obrigada!'

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o presidente da Mesa, os nobres deputados que se fazem presentes e, em nome do Partido dos Trabalhadores, quero parabenizar a deputada Ada De Luca pelo brilhante discurso que proferiu, mostrando o histórico do passado familiar, que muito rememora a história deste país no combate à ditadura.

Quero também cumprimentar o deputado Serafim Venzon, nosso companheiro, que integrará a comissão de Saúde, bem salientada pelo nosso querido deputado Antônio Aguiar, dizendo que além deste grupo temos mais dois deputados que poderão integrar a bancada da Saúde, que é a pastora Odete de Jesus, e o pastor Narcizo Parisotto, que cuidarão da saúde espiritual dos deputados.

O nosso secretário da Saúde, o deputado Luiz Eduardo Cherem, tem uma missão muito grande pela sua frente. Quero dizer que tenho recebido, como médico, deputado Serafim Venzon, uma série de telefonemas de companheiros, porque no ano passado, no mês de outubro, houve uma assembleia na Associação Catarinense de Medicina a respeito do plano de cargos e salários dos médicos, e havia um compromisso, por parte do atual governo, de que ele seria mandado a esta Casa naquele mesmo ano. Realmente o projeto veio e está arquivado.

Por isso, gostaríamos de pedir ao deputado João Henrique Blasi, como líder de governo, o desarquivamento desse projeto para que possa ser lido nesta Casa. É uma questão importante no contexto da saúde do estado catarinense, significa a regulamentação da atividade profissional médica em Santa Catarina, na secretaria da Saúde, onde muitos dos profissionais eram remunerados por *pro labore*, o que se considera uma indecência, do ponto de vista da contratação de profissionais médicos, porque muitos deles, inúmeras vezes, trabalham nos plantões por 12, 13, 24, 36 horas, inclusive causando problemas de resolução no atendimento, por parte desses profissionais com sobrecarga de horas trabalhadas.

Por isso a bancada da Saúde, nesta Assembleia, temporizando uma questão importante no contexto catarinense, sob o ponto de vista da categoria médica, solicita ao líder de governo que faça a leitura desse projeto novamente, para que ele venha para a deliberação desta Casa e pede aos nobres deputados que o aprovem na íntegra, porque não há necessidade de emendas, uma vez que já foi devidamente discutido com a categoria profissional. Esse é o anseio e uma luta histórica dos profissionais médicos do estado de Santa Catarina.

Ao mesmo tempo, tenho recebido uma série de documentos e cartas com relação aos Adão Vânio De Aquino Faraco, da secretaria da Educação. Pedimos aqui ao secretário da Educação Paulo Bauer que reveja esse projeto, que foi encaminhado junto com o projeto da reforma administrativa do governo do estado já no ano de 2005 e nele os consultores da educação não foram contemplados, deputado Pedro Uczai, v.exa. que é um educador. Uma vez que esses profissionais estão fora do plano de cargos e salários, esse projeto de lei requer uma emenda que estaremos encaminhando, para que haja a integração desses profissionais.

Quero fazer um ressaltado sobre a questão do Ministério Público. Em inúmeras situações temos visto suposições e falta um pouco de bom senso. Uma delas refere-se ao Hospital Celso Ramos, em matéria externada no *Diário Catarinense*, no dia de hoje, que diz que aquele hospital perdeu duzentos funcionários por uma decisão do Ministério Público, que determinou o desligamento dos não concursados que prestavam serviço à secretaria da Saúde.

Concordo, sim, que a estrutura pública tem que regularizar a situação das pessoas, dos seus funcionários, através de concurso público. Mas não podemos penalizar a população, a exemplo do que aconteceu no carnaval em Santa Catarina, que bateu o recorde de acidentes de trânsito no Brasil, inclusive ultrapassando o estado de Minas Gerais, que tem a maior malha viária deste país. E o Hospital Celso Ramos, segundo seu diretor, teve a sua estrutura de atendimento comprometida por falta de profissionais. Um dos maiores problemas foram esses profissionais que tiveram que sair, tiveram que ser demitidos, e o estado está providenciando a contratação de novos através de concurso público.

Mas pergunto: não se poderia aguardar até o momento do devido concurso público para demiti-los? Imputa-se ao povo catarinense o sacrifício nas filas dos hospitais, muitas vezes pela falta de compreensão.

O mesmo acontece em relação a nós, prefeitos, ou aqueles que passam pela administração pública no exercício do cargo. Diariamente vemos externados nos jornais prefeitos sendo acusados, sendo condenados, sem, muitas vezes, terem a devida avaliação do seu procedimento.

Nesse final de semana, chegando a Rio do Sul, estava estampado nos jornais que eu estava sendo penalizado por um procedimento adotado em licitação que nem aconteceu no meu governo. Foi no governo anterior ao meu. Hoje, novamente, aqui diz que outro prefeito está sendo penalizado desde 1997 porque não aplicou seu recurso adequadamente, tendo em vista que seu município havia sido dividido e o Ministério Público entendeu que os recursos deveriam ser alocados nos dois municípios. Então, foi apenas erro de forma.

V.Exa., deputado Edson Piriquito, que, com certeza, será prefeito de Balneário Camboriú e estaremos lá para ajudar, veja que temos que ter cuidado, porque prefeito, neste país, não é bandido. Homem público, neste país, não é sinônimo de contravenção. Por isso temos que fazer esse debate com o Ministério Público, para que tenha bom senso na hora de suas avaliações em relação ao trabalho que prestamos.

Aqui nós também damos a nossa cota de sacrifícios e cada um tem a sua responsabilidade pública. Logicamente que aqueles que estiverem em uma situação que se contraponha às questões éticas e morais, que é a bandeira de nosso partido, devem ser punidos. Mas primeiro devem ser devidamente avaliados.

Por isso, companheiros e companheiras, faço este meu manifesto, deixando claro que aqui temos um compromisso claro com o cidadão catarinense. Por isso, deputado Edson Piriquito, quero vê-lo prefeito de Balneário Camboriú, mas não quero vê-lo sendo depenado pelo Ministério Público, pagando ações depois. Temos que ter clareza do nosso papel neste mandato.

Queremos também registrar a presença do presidente do nosso partido da cidade de Rio do Sul, nosso companheiro Arnaldo Ferreira Chavinho, que está acompanhado por uma série de companheiros. Agradeço a presença de todos, dizendo que vocês são a extensão do meu trabalho na cidade de Rio do Sul e no Alto Vale do Itajaí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ocupo a tribuna na manhã de hoje para enaltecer o PSDB de Santa Catarina, um partido político que se constituiu em Santa Catarina em julho de 1988, que se torna no momento presente uma das mais importantes estruturas partidárias de Santa Catarina.

No pleito do ano passado, o PSDB conquistou nas urnas a segunda maior votação para a eleição proporcional de deputado estadual. Foram cerca de 500 mil votos, elegendo seis deputados estaduais, dos quais cinco foram reeleitos. Esses deputados reeleitos têm contribuído ao longo dos últimos anos para o desenvolvimento de Santa Catarina. E é com muito orgulho que nós, como líder do PSDB nesta Casa, vemos dois ilustres deputados que fazem parte da nossa agremiação assumirem postos importantes no Poder Executivo, a convite de sua excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira, e de seu vice Leonel Pavan.

Faço menção ao deputado Luiz Eduardo Cherem que, pela segunda vez, e no segundo mandato, ocupa a secretaria de estado da Saúde. Ele, ao comandar no primeiro mandato de Luiz Henrique da Silveira a secretaria de estado da Saúde, demonstrou e aplicou toda a sua capacidade, todo o seu conhecimento em favor de uma saúde mais humanizada em Santa Catarina, de uma saúde mais perto da população catarinense. Em seu lugar, no dia de hoje, vimos a posse de um outro ilustre deputado que já exerceu mandato na Assembléia Legislativa, que já exerceu mandato na Câmara Federal e que agora retorna a esta Casa na condição de deputado, substituindo o nosso amigo correligionário Luiz Eduardo Cherem, o deputado estadual Serafim Venzon.

Para nós, do PSDB, é um orgulho ter s.exa. também nesta Casa, que por muitos anos vem brindando Santa Catarina com ações e tarefas a favor do povo catarinense. Ocupo então a tribuna para parabenizar não só o deputado Luiz Eduardo Cherem pela assunção ao cargo de secretário de estado da Saúde, mas também para cumprimentar e desejar pleno sucesso ao nosso amigo e correligionário deputado Serafim Venzon.

Outro deputado que nos orgulha muito e que proximamente estará também ocupando uma das mais importantes funções do Poder Executivo estadual é o também o nosso correligionário deputado estadual Gilmar Knaesel. Também, por coincidência, retorna à secretaria de Cultura, Turismo e Esporte e futuramente de lazer. O deputado Gilmar Knaesel, um dos veteranos desta Casa, parte para o seu quinto mandato, fazendo com que Santa Catarina também se orgulhe de ter s.exa. neste Parlamento e agora, a partir da semana que vem, fazendo parte mais uma vez da equipe de trabalho do governador Luiz Henrique da Silveira e do seu vice-governador Leonel Pavan.

E para orgulho nosso também teremos a companhia do ilustre vereador José Natal Pereira, que com certeza será um bom deputado. São José estará representada neste Parlamento por aquele que por cinco mandatos exerceu o cargo de vereador naquele município, homem calejado, vivo, que muito tem feito por essa nossa querida cidade de São José.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. concede-me um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Meu líder, deputado Marcos Vieira, quero cumprimentar v.exa. pelo seu pronunciamento, trazendo informações sobre o nosso partido, o PMDB, mostrando o crescimento do partido nesta eleição, consolidando o PSDB de Santa Catarina como uma das grandes forças políticas no nosso estado. Podemos ter contribuído nesse processo, pois, além da eleição de seis deputados estaduais e um deputado federal, também o nosso vice-governador é do PSDB, num conjunto das forças políticas que compõem o nosso estado.

V.Exa. também fez referência ao deputado Luiz Eduardo Cherem, que novamente assume a secretaria da Saúde. Não estava aqui no momento em que s.exa. fez seu pronunciamento, mas todos conhecemos s.exa. pela sua dedicação à causa pública, acima de tudo na área da Saúde. E o resultado é este, pois voltar a assumir um cargo público é ter reconhecimento do trabalho executado. Todos nós sabemos do grande avanço na saúde pública na gestão passada sob o comando de s.exa.

Da mesma forma, cumprimento a vinda do deputado Serafim Venzon, que já tem experiência como parlamentar, como deputado federal e aqui, agora, na Assembléia Legislativa, vai contribuir muito com o fortalecimento não apenas da nossa bancada, mas no processo político da Casa, pelo que ele representa na sua história política.

Então, queremos dar as boas-vindas ao nosso companheiro e parlamentar deputado Serafim Venzon.

Quanto à outra parte, o que ainda falta é a minha saída do Parlamento para retornar à secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, que deverá ocorrer nos próximos dias, pois estamos na fase de conversações finais. Quero dizer que estamos à disposição, se vier acontecer a minha ida para a secretaria, no sentido de colaborar com o conhecimento, com a experiência adquirida, mas acima de tudo para atender a nossa representação político-partidária de todos os partidos na Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. concede-me um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Marcos Vieira, v.exa. tem aqui uma responsabilidade justamente porque lidera uma bancada de seis deputados, que tem um compromisso com o governo de Santa Catarina e que estando coligados nas eleições permanecerão sempre aliados do povo catarinense em ajudar o governador a exercer o mandato, de forma que seja coerente com o discurso de campanha. Então, os seis deputados representam 499 mil votos. É a segunda bancada proporcional em termos de votos. Na hora das eleições isso era um prestígio, mas agora, durante esses quatro anos, são compromissos que v.exa., como líder da bancada do PSDB, terá pela frente.

Sem dúvida nenhuma, todos nós estaremos junto com v.exa. para ajudá-lo e também para ajudar o governo a exercer um mandato que seja bem próximo do discurso do PSDB, do PMDB e do governador Luiz Henrique no momento em que foi candidato.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Se de um lado o PSDB, que constitui uma das mais importantes bancadas nesta Casa, cede ao Poder Executivo seus quadros mais importantes para exercer cargos de secretários de estado, não resta a menor dúvida de que também na Câmara Federal o PSDB empresta ao governo do estado um dos seus melhores quadros para exercer o cargo de secretário de estado da Educação, que é o deputado federal Paulo Bauer, homem experimentado, vivido e que por certo tem trazido para Santa Catarina bons frutos. S.Exa., que exerce pela segunda vez o cargo de secretário de estado da Educação, fará também neste governo um trabalho exemplar em favor da Educação mais justa, mais humana, implantando, de uma vez por todas, projetos iniciados pelo saudoso secretário Jacó Anderle, tais como o projeto da escola aberta e o projeto da escola integral, fazendo com que o aluno possa participar o dia inteiro de afazeres escolares nas escolas públicas de Santa Catarina.

Trago aqui a mensagem de que o PSDB efetivamente cresceu em Santa Catarina. É hoje uma das mais importantes estruturas de Santa Catarina, e estão de parabéns, seus filiados, por elegerem pessoas de gabarito para exercer mandatos na Câmara Federal, na Assembléia Legislativa e também por eleger o vice-governador Leonel Pavan.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sérgio Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, deputadas, trago hoje uma sugestão, em forma de indicação, ao futuro secretário de desenvolvimento da parte turística e cultural, de uma nova rota para Santa Catarina, no sul do estado, para Garopaba, Imbituba, Laguna, Araranguá, Balneário Gaivota, para todos os municípios do sul, enfim, para todas essas regiões que recebem muitos turistas, eis que poderão ter uma opção em dias chuvosos de geração de emprego inclusive, se cada município estimular a iniciativa privada a usar vans com conforto, que possam utilizar a serra do rio do Rastro na sua subida.

Vejam que viagem interessante! Começa com o mar, com a nossa restinga, com as biotas da Mata Atlântica e sobe a serra. Então, por exemplo, as pessoas que estão na Lagoa ou em Garopaba podem muito bem ir até Tubarão, através de Gravatal, Orleans, Lauro Müller, Bom Jardim da Serra, subir até a região de Cruzeiro ou São Joaquim, ir a Urubici e depois descer a serra do Corvo Branco. Com isso subiriam a serra do rio do Rastro, desceriam a serra do Corvo Branco, viriam por Grão Pará, Braço do Norte, podendo desviar, inclusive, ir até Imaruê, sair novamente na região da BR-101 e voltar para o litoral. Essa rota pode ser feita num dia e teríamos o irmanamento entre o litoral e a serra.

Na época de inverno a serra está lotada; então, poderíamos mandar os turistas da região de Urubici, de Lages, de São Joaquim para o litoral, para ver as nossas baleias, para ver a nossa tainha e ainda voltar no mesmo dia. E no verão, quando o litoral está lotado, os turistas poderiam subir a serra e voltar no mesmo dia. Poderiam lá saborear uma truta, no almoço. Então, estamos fazendo uma rota que envolve gastronomia, que envolve cultura, paisagens, a natureza principalmente.

Na serra do Corvo Branco, e nós estivemos lá, já foi feito, inclusive, o licenciamento ambiental, mas a SC-439 ainda não foi iniciada. E ela é importantíssima, porque ligaria o único município hortifrutigranjeiro, Urubici, ao litoral, podendo abastecer todo o litoral no verão e fora do verão. A região sul necessita e precisa dos hortifrutigranjeiros, e seria um caminho perto, tendo condições de asfalto, de poder abastecer e com isso desenvolver ainda mais aquela região, que é uma região de escoamento da produção. A SC-439, com certeza, será uma das prioridades do governo. Vai ser iniciada e vai ligar a serra ao litoral no escoamento da produção e no turismo. E é esse irmanamento que temos que fazer.

Para finalizar, gostaria de dizer que vamos apresentar isso em forma de indicação. Mas não poderia deixar passar despercebido o pronunciamento da deputada Ada De Luca, um pronunciamento que tem história. E a história é a força motriz da população, é a força motriz de um povo, é o guia de todos aqueles que fizeram parte da resistência democrática. A história não surgiu ontem e a história de cada um ninguém poderá apagar.

Sabemos que existiram muitos homens bravos, e Santa Catarina contribuiu, sim, com muitos companheiros, pessoas que ao longo de muitos anos vêm lutando pelos trabalhadores, vêm lutando pelas conquistas dos trabalhadores, vêm lutando pela sociedade civil, vêm lutando pela conquista dos direitos. E isso fez com que Santa Catarina se destacasse e tivesse melhores condições de vida para toda a população.

Meus parabéns a essa deputada que tem história. Tenho certeza de que s.exa. fará um belo trabalho nesta Assembléia.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado pelos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, publico aqui presente, que nos assiste pela TVAL, ouvintes da Rádio Digital, colegas de imprensa, todos os catarinenses que estão aqui nos escutando, gostaria de aproveitar a presença do deputado Dado Cherem, que hoje deixará o seu convívio nesta Casa para assumir a importante missão de secretário de estado da Saúde, para falar agora da minha experiência em Joinville. E espero que a visita de s.exa. em Joinville seja o mais rápido possível, depois de assumir a pasta.

Relatarei alguns casos que são primordiais: em Joinville, temos uma novela antiga, deputado Sargento Amauri Soares, que é a do Hospital Materno-Infantil, que começou a construção pelo então governador Paulo Afonso Vieira, que inaugurou a pedra fundamental e abandonou a obra. Veio o governo de Esperidião Amin e completou 97% das obras físicas, deixando no Orçamento do estado o dinheiro para equipar o hospital e para fazer concurso público para colocar o hospital em funcionamento. E quando venceu o prazo de governo dele e entrou o governo passado, que é o primeiro governo de Luiz Henrique da Silveira, todo esse processo ficou abandonado por três anos e meio, sem que fizessem absolutamente nada no Hospital Materno-Infantil.

Nobres pares, um mês antes das eleições, o então governador Eduardo Pinho Moreira deu uma maquiada no hospital, deputado Dagomar Carneiro, e nele fizeram uma extensão do hospital regional, ou seja, a ala pediátrica, deputado Serafim Venzon, do hospital regional Hans Dieter Schmidt passou a ser colocada em uma parte da estrutura física do Hospital Materno-Infantil dr. Jesser do Amarante.

O Ministério Público Federal, na pessoa do dr. Davy Lincoln Rocha, foi fazer uma visita no local e achou tremendamente esquisito, deputado Jandir Bellini. Temos aqui a bancada da Saúde e esperamos que a bancada da Saúde possa nos ajudar lá em Joinville com relação a isso, porque não temos nenhum deputado dessa bancada na Assembléia que seja de Joinville.

O Hospital Materno-Infantil não tem necrotério, não tem nem alvará de funcionamento.

Deputado Dado Cherem, pode ser que v.exa., como profissional da área da saúde, responsável pela secretaria nos próximos dias, fique até assustado com o que vou dizer-lhe, mas os pacientes do Hospital Materno-Infantil - e quando v.exa. for lá não marque hora para almoçar - almoçam de marmitta. É! Os pacientes, os acompanhantes e os funcionários do Hospital Materno-Infantil, que é uma extensão do Hospital Regional, comem de marmitta como os presos na cadeia. Marmitta, deputado Serafim Venzon! Marmitta! Porque o hospital não tem cozinha. A comida vem de outro hospital para que os funcionários e para os pacientes.

A roupa utilizada no Hospital Materno-Infantil não é lavada naquele hospital, mas em outro. Então, o Hospital São José e o Regional se revezam: um dá a comida e o outro lava a roupa.

Quero pedir ao deputado Dado Cherem que quando for a Joinville peça para alguém tomar um banho nos banheiros do Hospital Materno-Infantil ainda não inaugurado oficialmente. Ele foi aberto só para não deixar que na campanha o governador Amin pudesse dizer que há três anos e meio o hospital ficou abandonado na terra do governador Luiz Henrique! Mas peça, deputado Dado Cherem, para alguém tomar um banho no hospital e quando abrir a torneira, corra para a recepção com um guarda-chuva, porque vai-se molhar. Se não tiver guarda-chuva, vai-se molhar!

Srs. deputados, estou colocando esta situação que estamos vivendo em Joinville, exatamente em Joinville, terra do governador Luiz Henrique. Por duas vezes Joinville foi ponto principal do governador Luiz Henrique, pois ele mesmo disse no dia da sua vitória, que iria fazer por Joinville agora, no segundo mandato, o que ele não fizera no primeiro. E eu não vou falar que se passaram quatro anos sem construir uma escola em Joinville, sendo que nasce uma sala de aula por dia em Joinville. Não vou falar sobre estas questões aqui, mas quero falar, especificamente, da área da saúde, aproveitando a saída do deputado Dado Cherem desta Casa para a secretaria da Saúde.

Então, deputado, por favor, faça uma visita ao Hospital Materno-Infantil. Se v.exa. quiser a minha companhia, estou à disposição para estar lá colocando algumas questões que os funcionários do hospital nos passaram.

Mas fico muito feliz, deputado Luiz Eduardo Cherem, quando v.exa. vem aqui e anuncia a inauguração da descentralização

da parte cardiológica, no dia 27, no oeste. Fiquei feliz, porque acho que isso é importante, pois o fim da "ambulancioterapia" é importante. Mas tomara que lá não aconteça o que aconteceu em Joinville, deputado Pedro Uczai: fizeram no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt uma festa grande, porque o Hospital Materno-Infantil foi credenciado para fazer cirurgia cardíaca e com isso não seria mais necessário que os pacientes se deslocassem, como o meu falecido pai, que teve que ir para o Hospital Angelina Caron, na Grande Curitiba, para fazer uma simples ponte de safena. O responsável por essa parte das cirurgias cardíacas, ou seja, da descentralização, para evitar as idas e vindas para cá e para lá, era o grande cardiologista, dr. Bauer, irmão do atual secretário da Educação, deputado Paulo Roberto Bauer. Fizeram uma festa na inauguração, todos imaginavam que ninguém fosse mais precisar sair de Joinville. Mas não demorou seis meses para começar a faltar isso, faltar aquilo, e hoje não temos novamente aquilo que foi tão alardeado e até inaugurado no Hospital Regional na parte cirúrgica. Nós ainda continuamos lá esperando as coisas.

O meu segundo pedido ao futuro secretário da Saúde é que na primeira visita que fizer a Joinville vá à extensão do Hospital Regional, no Materno-Infantil - e não marque para almoçar, senão vai almoçar de marmitta - e verifique a questão do vazamento, pois, como falei anteriormente, quando se abre a torneira, a recepção está sendo molhada; verifique que não há nem necrotério e aproveite para ver se há alvará de funcionamento do hospital.

A minha maior indignação foi quando, já deputado eleito, a nossa bancada pediu para que cada deputado fizesse uma emenda específica para o Orçamento e eu fiz só um pedido, deputado Manoel Mota: que fossem retirados R\$ 2 milhões do gabinete do governador, que tem R\$ 18 milhões, para colocar especificamente, dinheirinho carimbado, no Hospital Materno-Infantil. Os deputados da base do governo sequer discutiram esta matéria aqui no Plenário, ou seja, o nosso Hospital Regional, o nosso Materno-Infantil continua sem um centavo.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentíssimo deputado Kennedy Nunes, v.exa. está afirmando que a obra foi iniciada pelo ex-governador Paulo Afonso Vieira e que o ex-governador Esperidião Amin deu continuidade mas também não concluiu. É costume do seu ex-governador não concluir as obras. A obra da Via Expressa Sul, que o ex-governador Paulo Afonso Vieira tinha tocado até metade, no governo seguinte passaram quatro anos sem fazer nada.

Então, não terminam as obras...

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Nós só tivemos quatro anos de governo e v.exas. já estão no quinto.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exas. tiveram oito anos!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Oito depois? Alto lá! Nós concluímos 97% das obras do Hospital Materno-Infantil e o seu governo, que foi o governo anterior, vamos falar do governo anterior, que é de Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira, passou três anos e meio sem colocar um centavo lá. Ai dá esse problema! Mas tenho certeza de que o deputado Dado Cherem vai resolver todos esses problemas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência cumprimenta os ilustres brusquenses e a família do deputado Serafim Venzon, que assumiu no dia de hoje. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Cláudio Schlindwein, do jornal *Município Dia-a-Dia*, de Brusque, cumprimentando-o pela posse na presidência da Associação dos Diários do Interior - ADI/SC.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica a sra. Marise Westphal Hartke, da Rádio Diplomata FM, de Brusque, cumprimentando-a pela posse na presidência da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão - Acaert.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares do sr. Alcides Pellizzaro Júnior, pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Ituporanga, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Rotary Club de Canoinhas, cumprimentando-o pelo Dia Nacional do Rotary.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito, à vice-prefeita, ao presidente da Câmara Municipal e ao vereador Ilário Konesq, de Vidal Ramos, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário de estado da Saúde, solicitando a instalação de uma junta médica no município de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada ao diretor da filial da Brasil Telecom, ao gerente da telefonia móvel Vivo, ao superintendente da TIM Celular, ao diretor da Claro Celular e ao presidente da Anatel, solicitando a implantação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel ou ampliação da área de cobertura que circunscribe a região da Colônia Santana, no município de São José.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Temos ainda duas moções extrapauta.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao sr. Paulo Sérgio Passos, ministro dos Transportes, ao sr. João José dos Santos, superintendente regional de Santa Catarina do DNIT, solicitando que seja incluída entre as obras de infra-estrutura do PAC a construção da ferrovia da integração oeste/litoral.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, estamos propondo essa moção porque entendemos que Santa Catarina não pode ficar de fora, excluída, de uma projeto estratégico de desenvolvimento do país e, conseqüentemente, a inclusão da construção de uma ferrovia nesse programa é um importante instrumento dessa estratégia.

Srs. deputados, na medida em que estamos buscando a integração do gás natural com a Bolívia, buscando a ligação bioceânica através da BR-282, nosso entendimento é que também a ferrovia insere o oeste de Santa Catarina e todo o estado num contexto nacional e latino-americano de desenvolvimento.

Por isso, queremos que seja incluída no PAC não só a ferrovia no litoral norte de Santa Catarina, mas a integração ferroviária leste/oeste e, em seguida, Joaçaba a Posadas, na Argentina; Posadas a Buenos Aires; Buenos Aires a Santiago do Chile, pois já há esse instrumento ferroviário nesses dois países para fazer essa ligação bioceânica.

Então, gostaria que esta moção fosse colocada em votação nesta Casa, pois estamos reivindicando junto ao governo federal a inclusão da ferrovia que integrará o oeste de Santa Catarina ao litoral e à Argentina para integrar o nosso estado ao desenvolvimento dos países da América Latina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao ministro das Minas e Energia e ao presidente da Eletrosul, solicitando que seja excluída nas obras de infra-estrutura do PAC, a construção da hidrelétrica de Itapiranga.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço ao palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, essa proposição é inversa à anterior, pois trata-se do impacto social, econômico e ambiental produzido por uma hidrelétrica de médio e grande porte como a proposta para Itapiranga, para a qual não há justificativa.

Por isso estamos propondo a exclusão desta hidrelétrica e buscando alternativas energéticas para suprir essa demanda. Estaremos em Itapiranga reunidos no próximo sábado, fazendo esse debate com a comunidade do extremo oeste, porque a cidade de Itapiranga, ao lado do rio Uruguai, não tem necessidade estratégica de construir essa hidrelétrica naquele espaço regional.

Assim, todos os meus estudos sobre a bacia do rio Uruguai, produzidos historicamente, mostram que com todas as hidrelétricas que estão sendo construídas neste momento e com todas as alternativas energéticas hoje presentes com a atual tecnologia, não há necessidade de produzir esse complexo hidrelétrico naquela comunidade regional pela nefasta conseqüência social, ambiental e econômica que trará para o extremo oeste de Santa Catarina.

Então, queremos que seja excluída do PAC a hidrelétrica de Itapiranga. E toda a comunidade regional lá está de acordo com esta proposição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, do PDT, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, srs. deputados, servidores da Assembléia Legislativa, demais pessoas que nos acompanham, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesco Digital.

Quero aproveitar a tribuna no dia de hoje, em primeiro lugar, para parabenizar a escola de samba Consulado do Samba, pela conquista do tricampeonato do carnaval de Florianópolis, ocorrido neste último final de semana, embora torça pela Embaixada Copa Lord, que homenageou a nossa cidade de São José.

Srs. deputados, aproveito para esclarecer que São José tem um deputado eleito, no dia 1º de outubro, que é esse que ora ocupa esta tribuna, que reside no bairro de Serraria, no loteamento Dona Renata, há sete anos, mais conhecido como Jardim Zanelato. Portanto, São José tem um deputado eleito pela vontade de 40.108 pessoas do estado de Santa Catarina, já no dia 1º de outubro do ano passado.

Então, quero parabenizar a Consulado do Samba pela conquista do tricampeonato e homenagear também a Embaixada Copa Lord, segunda colocada, até porque - como já disse - fez uma homenagem a nossa cidade de São José, a nossa São José da Terra Firme.

Quero me referir também ao curso brilhante da deputada Ada De Luca - e, infelizmente, não tivemos tempo de saudá-la enquanto esteve na tribuna - e dizer que também queremos homenagear os antepassados de s.exa., como seu bisavô, seu avô e, sobretudo, o seu pai, pela luta que travou contra a ditadura instalada no Brasil a partir de 1964. Assim como homenagear e parabenizar também a família do seu marido, a família De Luca, além da família Faraco, que fizeram uma grande história na defesa da democracia.

Srs. Deputados, quero esclarecer também - e estou falando isso para dizer que como militar que sou, agora militar da reserva, e até recentemente militar da ativa - que nós, do nosso segmento, nós, praças, tanto da Polícia Militar quanto do Corpo de Bombeiros - e poderia dizer que nós, praças, das Forças Armadas e das forças auxiliares em seu conjunto - não reivindicamos a autoria ou a co-autoria do golpe militar de 1964.

Quero deixar esta mensagem também para homenagear centenas e milhares de companheiros praças e sargentos das Forças Armadas e da Polícia Militar não só do Rio Grande do Sul, mas de vários estados brasileiros que resistiram ao golpe militar, que foram contra a atitude tomada, que foram perseguidos dentro da instituição, que foram cassados - com dois esses - no sentido político e profissional da palavra e muitos também foram caçados - com cedilha - no sentido físico da palavra pelo governo que se instalou em 1964, o qual não reivindicamos. Pelo contrário, aquele foi um golpe de uma cúpula restrita das Forças Armadas, orquestrado, infelizmente, até a partir de fora do país, que teve como principais beneficiários os monopólios brasileiros, a burguesia brasileira, associada, dependente do imperialismo e do monopólio dos países centrais e, sobretudo, dos Estados Unidos.

Se o Brasil nunca se constituiu como uma nação soberana em todos os aspectos, em 1964, um grupo restrito de pessoas, repito, indevidamente falando em nome das Forças Armadas, deu o grito de dependência ou morte - dependência, deputado Sérgio Grando, e não independência -, ou seja, mergulhou ainda mais numa situação de dependência a nossa nação.

Mas, sr. presidente, estamos protocolando, hoje, um ofício à Presidência e à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, solicitando a realização de uma sessão solene para o dia 5 de março deste ano, em homenagem ao professor e antropólogo Darcy Ribeiro. E nesse mesmo dia ocorrerá uma palestra com o jornalista e escritor Gilberto Vasconcellos, no plenário da Assembléia, com o título Darcy Ribeiro e a Educação no Brasil; às 18h30min ocorrerá a realização da sessão solene, que é um pedido da bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT -, e após a sessão, às 20h, acontecerá o lançamento do livro *Darcy e a Criminalidade Acadêmica*, de autoria do jornalista Gilberto Vasconcellos.

Quero aproveitar, também, para falar da importância do antropólogo Darcy Ribeiro para a educação nacional num momento específico, quando ele foi secretário de estado no governo de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, e lá implementou os Cieps, que o Brasil inteiro conhece, que todo mundo elogia, mas que é difícil implementar em outros estados, e não sabemos a razão disso.

Qual a intenção dele? Criar a educação em tempo integral na nossa sociedade, para que as crianças e os jovens permanecessem na escola o dia inteiro estudando e participando de atividades esportivas, de lazer, de cultura e de arte em geral.

Nós entendemos que esse debate envolve a questão da segurança pública. Como deputado dos praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e de todos os servidores e segmentos da Segurança Pública, quero dizer que a nossa preocupação permanente é com o aumento da criminalidade. E uma forma de combater, de prevenir o aumento da criminalidade é através da educação.

Mas não basta só dizermos isso, é necessário que seja tomada uma atitude concreta no sentido de garantir que crianças e jovens sejam envolvidos no processo educacional, no processo de cultura e de arte da sociedade, para que toda a sua energia, todo o seu esforço, toda a sua capacidade sejam utilizados em atividades construtivas, porque é um perigo permanente a criança ou o jovem que não têm o que fazer se envolverem com a criminalidade.

Portanto, esse evento em homenagem a Darcy Ribeiro tem também o objetivo de trazer esse debate mais firmemente para o interior da Assembléia.

Mas, sr. presidente, quero falar não só da importância de Darcy Ribeiro para a educação brasileira como também para a

política, porque ele foi ministro da Defesa do governo João Goulart, até 31 de março de 1964, e sua atitude teria sido diferente daquela tomada pelo presidente. Além disso, ele foi um antropólogo materialista, foi um dos maiores intelectuais de esquerda do Brasil, que estudou de forma científica a formação do povo brasileiro, a formação da cultura brasileira, a formação da nação brasileira como gente unida, como gente forte.

Para concluir, eu gostaria de dizer que todo jovem, criança, adolescente e adulto que pretenda conhecer mais a própria realidade, a realidade da sua região e de todas as regiões do Brasil, precisa ler e estudar Darcy Ribeiro para compreender quem somos, para depois poder definir em que rumo vai querer que a sociedade brasileira caminhe.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna para responder ao eminente deputado Kennedy Nunes, de Joinville, aquilo que não pude dizer-lhe. S.Exa. teceu considerações sobre o hospital de Joinville, iniciado pelo ex-governador Paulo Afonso, sendo que o ex-governador Esperidião Amin construiu 80% da obra, o que eu não acredito, pois não a concluiu.

Eu acabei dizendo-lhe que estamos acostumados a ver essas obras não serem concluídas. O ex-governador construiu a metade da Via Expressa Sul, furou o túnel, mas acabou faltando um pedaço. Quer dizer, levaram quatro anos e não concluíram a obra. Teve, então, que vir o governador Luiz Henrique da Silveira para concluir a obra da Via Expressa Sul, obra fundamental para toda aquela região costeira.

Estamos acostumados a ouvir críticas que às vezes não têm fundamento, mas a Oposição continua querendo achar problema onde não existe e acabamos tendo que responder.

Deputados Edson Piriquito e Elizeu Mattos, eu conheci aqui alguns parlamentares da região de Joinville que faziam críticas constantes, permanentes ao nosso governo, mas eu não estou vendo, neste momento, nenhum deles no plenário desta Casa. Eles estão num caminho equivocado e errado, pois a população de Joinville continua votando em Luiz Henrique da Silveira porque acredita no homem de bem, no homem honrado que é, no homem que tem compromisso com Santa Catarina.

Então, essas críticas são infundadas, pois a Oposição, não tendo o que dizer, procura achar e construir coisas. E nós acabamos tendo que responder, para mostrar ao povo que o nosso governo é do bem e que nos orgulhamos em defendê-lo neste Parlamento. Mas não podemos deixar passar batidas essas críticas infundadas, levianas e que não trazem nenhuma construção, ao contrário, só trazem um peso a mais à sociedade.

A sociedade já analisou, já votou, já aprovou o governo e nós, que fazemos parte da maior bancada da história deste Parlamento, com 27 parlamentares, defendemos este governo porque é do bem. Só um governo do bem poderia ter recebido o apoio de 27 deputados, como receberam Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan.

É evidente que eu, como líder de bancada, não posso deixar passar em branco uma situação como esta, pois precisamos resgatar a verdade que a cada instante é atacada aqui.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero falar ainda sobre um grande evento que vai ocorrer no sul do estado, mas antes vou escutar o que tem a dizer o deputado Elizeu Mattos, que, com certeza, irá abrilhantar o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Manoel Mota, eu tenho acompanhado os debates na Assembléia Legislativa pela TVAL e parece-me que certas pessoas pensam que o estado iniciou em 2003, que não existia Santa Catarina antes dessa época; que o estado não tem 120 anos, que ele começou em 2003; que não existia governo antes de 2003 e que alguém tem uma vara mágica para resolver todos os problemas do estado de 2003 para cá. Desculpe-me, mas é isso que estamos vendo e que temos acompanhado.

O deputado Kennedy Nunes falou sobre os problemas na área da saúde, em Joinville. Com certeza, esses problemas não nasceram ontem, já vêm de anos e anos e ninguém vai conseguir resolver todos eles. Eu sei que os problemas da saúde na serra catarinense, com tudo aquilo que foi desmontado, estão sendo resolvidos. Foi um verdadeiro desmonte o que ocorreu no Hospital e Maternidade Tereza Ramos, mas ele está sendo recuperado e será um dos melhores hospitais públicos não só de Santa Catarina, como também deste país.

Então, colaborando com v.exa. e até para dar um recado, eu pergunto: por que criticar por criticar? Acho que podemos criticar, mas temos que lembrar de onde vêm os problemas, pois não apareceram agora.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer a v.exa. o seu aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Com certeza, v.exa., que assumiu ontem, veio da região serrana para contribuir nesse processo, pois é um homem de bem, é um homem da comunicação e com certeza não vai cair na esparrela que outros deputados já caíram e não entrará nessa parla.

É importante que a Oposição critique, mas isso não deve ocorrer constantemente, porque nós vamos sempre defender este governo honrado, este governo de bem, que é o de Luiz Henrique da Silveira. Nós precisamos esclarecer a população - e a TVAL está aí para isso - e buscar alternativas para construir. Ninguém vai conseguir resolver tudo neste estado, mas alguém está construindo. Por isso houve a reeleição de Luiz Henrique, que foi aprovado pelas urnas. E Luiz Henrique da Silveira, fora do mandato, é um homem ético, porque jamais outro governador teria feito o que ele fez, ou seja, renunciar para disputar como cidadão comum. Então, só um homem ético como Luiz Henrique da Silveira para fazer isso.

Mas eu quero convidar os meus nobres pares desta Casa para participarem da maior festa do mundo em Balneário Arroio do Silva, que é a Festa do Caminhoneiro. Na semana que vem vamos ouvir muitos roncões dos caminhões em Santa Catarina. Nos últimos anos devem ter participado dessa festa mais de 150 mil pessoas, festa esta que já é considerada a maior do mundo na categoria de transporte de caminhão. Evidentemente, virão caminhões de todas as regiões do Brasil e acredito que venham também da Argentina e do Uruguai, pois o Mercosul irá participar.

Então, estamos preparando, em Santa Catarina, uma das maiores festas do mundo no ramo de transporte, que é a do caminhão. E foi através dessa profissão de caminhoneiro que viajei pelo Brasil inteiro nos tapetões pretos das BRs, coisa de que me orgulho muito. Depois o povo me conduziu à prefeitura de Araranguá e eu tive a oportunidade de valorizar o caminhoneiro profissional, no sentido de mostrar o que ele representa nesse tapetão preto.

Mas na semana que vem, na terça-feira, irei inscrever-me para participar dessa festa e vou trazer para cá alguns episódios da corrida, para que todos conheçam. E quero convidar novamente os deputados de todos os partidos, meus amigos, para comemorarmos, juntos, essa grande festa do caminhoneiro, que será realizada em Balneário Arroio do Silva.

Srs. deputados, quando era prefeito, juntamente com o secretário de Turismo Luiz Carlos Verdieri, pensei em criar alguma coisa para valorizar o motorista profissional. Fomos estudando e criamos a arrancada de moto, de fusca e a arrancada de caminhão. Hoje, todas elas existem, mas a que se destacou mais foi a arrancada de caminhão, porque tem que ter braço mesmo, não pode errar uma marcha, tem que saber arrancar na areia. Às vezes me questionavam como é que o meu caminhão não patinava e eu dizia que é só comprar cebola na mostarda. São 20 anos viajando somente na areia e aí acabamos aprendendo.

Mas é preciso ir lá para conhecer os grandes motoristas, os grandes pilotos. Não é só ser piloto, porque uma vez os pilotos da Fórmula 1 foram participar dessa arrancada e nenhum deles se classificou. Os motoristas profissionais não conseguiram ganhar dos nossos motoristas. É por isso que essa festa, a cada momento, cresce e vai-se transformando na grande festa do Brasil, que hoje chama a atenção do mundo inteiro.

Então, eu queria, em nome dos caminhoneiros, através da TVAL, que é assistida por todo o nosso estado, fazer um convite para que conheçam e participem da festa. Não precisam, no primeiro momento, querer ganhar. Eu tenho a honra de ter participado algumas vezes e de ter nove títulos de campeão. Eu me orgulho disso, porque mostra que eu tinha braço forte no volante...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público aqui presente, eu não vou utilizar os dez minutos a que tenho direito, mas não poderia, de forma alguma, ficar sem dizer alguma coisa com relação ao Hospital Materno-Infantil de Joinville.

Deputado Manoel Motta, com todo respeito que tenho por v.exa., pelos anos que está aqui neste Parlamento, pela experiência que tem e pela função também de liderar o partido ao qual o governador Luiz Henrique da Silveira é filiado, eu não poderia deixar v.exa. fazer qualquer tipo de comparação com a minha atuação aqui e com a de outras pessoas que por aqui passaram.

Eu penso que nós sempre devemos lutar no âmbito da administração pública ou de ideologias partidárias. Essa é a diferença. Se outros parlamentares de Joinville faziam, como v.exa. falou, críticas constantes ao governador, eu não vou fazer isso. Eu vou fazer críticas constantes à forma de gestão atual. Nunca pelo lado pessoal.

Quero dizer outra coisa: já que v.exa. talvez não tenha acreditado muito no que eu falei sobre a realidade do Hospital Materno-Infantil, eu quero fazer um convite a v.exa.: assim como nos convidou para participar da bonita festa da arrancada do caminhão, que convidá-lo para que visite Joinville e o Hospital Materno-Infantil, a fim de verificar se é verdade ou não o que eu falei aqui. Mas não converse com a diretoria, porque a diretoria vai enganá-lo! Converse com os funcionários aos quais eu tenho acesso; converse com os pais das crianças que estão lá. Não dá para conversar com as pessoas que estão internadas, porque elas são crianças, mas vá lá e verifique, vá lá almoçar. V.Exa. vai comer de marmitta.

Deputado Manoel Mota, eu não estou dizendo aqui que o governador Luiz Henrique da Silveira é culpado ou não; eu não estou falando aqui como o deputado Elizeu Mattos, que veio aqui e disse que o estado não começou agora. Eu gostaria somente de fazer um pedido a v.exas. que estão aqui para defender o governo e têm que fazer isso: quando se fala de governo anterior, deputado Edson Piriquito, é da gestão de 2003 até o final de 2006. Quando se trata de governo anterior, deputado Manoel Mota, trata-se da gestão de Luiz Henrique da Silveira e de Eduardo Pinho Moreira. Esse é o governo anterior, já passou! Acho melhor vocês troquem a faixa, porque ela já está arranhada. A partir do dia 1º de janeiro de 2007 já é o governo de Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan como vice-governador.

Então, o que temos que fazer não é vir aqui e ver quem nasceu primeiro, se foi o ovo ou a galinha. Engraçado, vejamos só como é a repercussão do que falamos aqui.

Na semana passada, fiz uso desta tribuna para defender a minha Joinville, porque vieram alguns colegas aqui, naquela semana, quando saiu uma matéria na revista *IstoÉ*, e com a revista nas mãos disseram que só vêm histórias problemáticas lá de Joinville. É secretário que foi pego na Marlene (é uma boate que há na cidade), é prefeito que está agora sendo envolvido ou não com escândalo de *miss*. O que é que v.exa. faria se falassem da sua mãe, deputado? Qualquer filho defenderia a mãe! É assim ou não é? E foi o que fiz aqui. Saí em defesa da minha mãe, Joinville, porque sou filho legítimo de lá. Nasci em 1970, na Maternidade Darci Vargas, maternidade pública. Eu saí em defesa!

Eu já tinha vindo aqui falar em "ambulancioterapia", sobre a outra matéria que saiu na RBS TV, que dizia que 50 mil pessoas vêm a Florianópolis atrás de... Não sou eu falando, colocamos a matéria. Falei aqui da eleição dos diretores, que o secretário atual não estava empossando.

Mas os meus colegas de Joinville, porque também sou radialista, só disseram que eu vinha aqui fazer picuinhas pessoais contra o prefeito Marco Tebaldi. Eles talvez tenham dito isso porque não ouviram o pronunciamento que fiz na tribuna. Mas em Joinville os radialistas disseram que o deputado Kennedy Nunes vinha aqui para falar de questões pessoais. O deputado Manoel Mota disse que estou vindo aqui para falar das coisas ruins de Joinville.

Então, vou fazer o seguinte, deputado: não vou dar ouvidos ao que os colegas radialistas dizem e nem vou dar ouvidos à repercussão da minha atividade parlamentar ou ao que v.exa. diz! Vou continuar naquilo que acredito, vou continuar fazendo o que me propus quando pedi votos: ser a sentinela do povo catarinense, especificamente da região norte do estado e da minha cidade.

Vou continuar aqui! Quando acabarem com as marmittas no Hospital Materno-Infantil, voltarei aqui e vou dizer: parabéns, governo, as crianças, os pais e os funcionários do Hospital Materno-Infantil de Joinville não estão mais comendo em marmittas; quando acabarem com as goteiras da recepção, vou dizer aqui: parabéns, governo, acabaram com as goteiras que havia na recepção. Então, vou continuar, deputado!

Agora, só peço uma coisa: sei que v.exa., é um grande tribuno, líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB. Só peço o seguinte: tenha um pouquinho mais de respeito quando algum deputado da sua região vier aqui falar de alguma coisa que conhece *in loco*. O que eu falei desta tribuna eu vi! Não me contaram.

Quando v.exa. vem a esta tribuna e diz que o deputado Kennedy Nunes está colocando situações que não são verdadeiras e depois de muito serem faladas passam a ser verdadeiras, desculpe-me, mas v.exa. não conhece a realidade de Joinville.

(O deputado Manoel Mota manifestou-se fora do microfone.)

Não, não é. Não há coisa ruim. O povo de Joinville é bom, deputado. O povo de Joinville é muito bom! Há coisas boas! Em Joinville estão as maiores empresas, a maior arrecadação do ICMS, 25%. O problema é que há alguns gestores públicos que se elegem em Joinville e não constroem. Passam quatro anos e não constroem escolas, passam quatro anos e fecham 12 escolas por falta de manutenção. E v.ex.a. acha que vou calar-me por causa disso? Só porque o governador é de Joinville? Não, deputado! O meu compromisso é com a verdade! Meu compromisso, como minha profissão de jornalista, é ver o fato e descrevê-lo, é descrever a realidade.

Quando eu falo aqui das coisas que Joinville está precisando é porque acredito que Joinville merece mais. Merece mais da gestão pública municipal e merece mais da gestão pública estadual! Ocuparei aqui esta tribuna e exigirei, sim, do governo do estado que construa mais escolas; vou exigir do governo do estado que coloque mais policiais nas ruas; vou exigir, sim, do governo do estado que disponibilize mais consultas e atenda o Hospital Materno-Infantil, a Maternidade Darci Vargas e o Hospital Regional.

Esta é a minha condição aqui. Vai continuar sendo e vou continuar cumprindo o meu papel de parlamentar que defende as pessoas. Fui vereador por dois mandatos em Joinville e por cinco anos consecutivos tive a honra de ser o vereador mais atuante da cidade. E por quê? Porque sempre estive na defesa das pessoas.

Quando fui vereador do PP, o governo era de Esperidião Amin e por algumas vezes ocupei a tribuna para criticar o meu próprio governo, porque não tenho problema com isso. E v.ex.as. não irão ver qualquer dificuldade desse parlamentar em assomar a tribuna para parabenizá-los, quando acertarem. Fiz isso na inauguração da Rodovia do Arroz, em Joinville. Apesar da rodovia não estar totalmente terminada, fui até lá, participei da inauguração. O governador Luiz Henrique da Silveira me concedeu a palavra e eu disse que nós, da Oposição, temos que fazer isso: quando vocês erram, nós cobramos, mas quando fazem alguma coisa pelo povo, nós também parabenizamos: "Parabéns, governador Luiz Henrique da Silveira, está aqui, a obra está feita". Então, não tenho qualquer dificuldade.

Agora, vou exigir respeito, sim, assim como vou respeitar quando v.ex.a. vier falar alguma coisa específica de Araranguá. Não vou ter como rebater v.ex.a. porque não conheço e não vou fazê-lo somente porque somos - talvez na idéia, de campos de ideologia ou de governo -, Oposição e Situação.

Mas vou respeitar e peço que quando falarmos alguma coisa de Joinville, os outros deputados que não conhecem a situação reservem-se ao fato de responder em nome do governo e não querer dizer que aquilo que falo aqui não é verdade. Agora, quando v.ex.as. falarem aqui das suas regiões, também aqui me vou reservar ao espaço de responder como Oposição e não como conhecedor e dizer que v.ex.a. está mentindo ou não dizendo a verdade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente e srs. deputados, não iria fazer uso da palavra, mas como o nobre, jovem e promissor deputado Kennedy Nunes não me concedeu um aparte, tenho aqui que fazer um contraponto, porque aprendi, na minha vida, que tudo aquilo que é dito e não é rebatido, ou melhor, toda mentira que não é desmentida acaba virando verdade.

Você sopra no ouvido de alguém tal fato, tal acontecimento e se ninguém agir ou fizer um contraponto, aquela falsa verdade, aquela inverdade ou aquela mentira, usem a expressão que quiserem, passa a ser verdade porque não foi desmentida. E não vou fazer aqui uma discussão específica, pontual, com o deputado Kennedy Nunes.

Fui vereador, já disse aqui nesta Casa, de Oposição e durante quatro anos fiz um combate sistemático na tribuna da Câmara Municipal de Balneário Camboriú. Escolhi como alvo quem? O meu adversário maior. Aprendi, na minha vida, que se brigarmos com pequenos, só perdemos. Se pegar um pequeno e bater nele, você só perde. Se você apanhar dele, você apanhou de um pequeno.

Então, o deputado Kennedy Nunes achou o adversário ideal, o maior líder do estado de Santa Catarina. O nosso governador, hoje, é o maior líder, o primeiro governador reeleito na história do estado.

É muito fácil pensar: identifiquei quem é o meu adversário, está lá, é ele. Vou correr atrás das falhas, dos defeitos, das faltas, dos problemas, das dificuldades, das não ações. Mas eu não quero saber da responsabilidade, de como é que se faz para administrar. Quero ser somente a pessoa que vai falar, falar, falar e tentar divulgar isso aos quatro ventos, aos quatro cantos para que eu possa promover-me. Isso faz parte do jogo político.

Eu não estou dizendo que não existe o problema no hospital. Até sinto-me convidado pelo amigo para visitar esse hospital. Tenho problemas no hospital de Balneário Camboriú, que é administrado pelos meus adversários. Problemas sérios, que se arrastam ao longo de 20 anos, que é o tempo que eles administram a cidade. Mas nunca fiz da maneira que o nobre deputado Kennedy Nunes faz, ou seja, apenas identificar o problema e ficar batendo em cima dele. Há ações muitos boas que são executadas pelos meus adversários.

Veja a cidade de Balneário Camboriú, nobre deputado Kennedy Nunes! Ou eu vou dizer que a cidade não presta, que é uma cidade ruim! Quantas pessoas querem morar em Balneário Camboriú. Por todas estas coisas é que eu quero ser o prefeito de Balneário Camboriú: porque é uma cidade linda, bela, maravilhosa, que tem um povo sério, trabalhador e empreendedor. Como acontece também com a cidade de Joinville.

Vamos fazer o nosso papel, que é criticar, mas vamos tentar achar soluções. E não me venham com aquele discurso barato: Ah! larga o governo, como disse o deputado Joares Ponticelli, que nós assumimos. Não! Porque quando vocês estavam no governo também tinham defeitos. Isso é natural, é normal. Uma coisa é ser parlamentar, outra coisa é ser executor. Nós temos comprometimento com verbas específicas, nós temos dificuldades, pois temos todo um estado que cresce, que se desenvolve e que necessita de atenção, sim. Mas temos ações sendo feitas também.

Eu quero, na terça-feira, trazer para cá os elementos sobre o Hospital Materno-Infantil de Joinville de quando foi entregue à comunidade, da maneira como foi entregue e o que tinha dentro, quando o governo Esperidião Amin entregou. Aí eu vou ficar aqui dizendo que o Amin fez isso, que o Amin fez aquilo ou deixou de fazer isso, deixou de fazer aquilo. É o melhor discurso que há. Como é fácil! Vou apurar todos os defeitos do governo Amin. É muito fácil! Essa é melhor maneira de se postar numa tribuna.

Com um curso, dois, três, quatro ou cinco cursos de oratória - e o nobre deputado Kennedy Nunes é jornalista de longa data - é muito fácil! Eu consigo chegar lá na casa da pessoa, mesmo sendo distante. São 293 municípios que a TVAL deve alcançar, onde deve ter ponto. Se não alcança a totalidade dos municípios, deve alcançar quase todos. Então, vou dizer: eles estão enganando você. O governo não presta, quando você paga seu imposto, está jogando dinheiro fora. Ou: eu vou fazer hospital em todas as cidades; vou fazer escolas em todas as cidades; vou fazer 100 escolas em todas as cidades; vou fazer 100 hospitais em todas as cidades; vou colocar presídios em todas as cidades; vou ser o melhor governador do mundo. Vocês estão acreditando nisso? Tem que crer! Essa é a forma fácil de fazer política.

Mas há outra forma, a forma responsável, aquela difícil, que é para poucos, não é para muitos. Poucos conseguem. Está aqui o nosso ex-prefeito Sérgio Grandó, que sabe do que estou falando, ou seja, discutir com responsabilidade. Nós temos 25% do Orçamento comprometidos com a educação, 15%, com a saúde; temos a folha de pessoal. Então, nós vamos ter que mandar todos embora, não poderemos mais ter cargos comissionados.

Eu vou dizer a v.ex.as. que a reforma virá para esta Casa e eu não sou favorável ao corte dos comissionados, não. Vou seguir a minha liderança, mas não vejo isso como sendo um acerto do governo, pois não temos que enfraquecê-lo, mas fortalecê-lo. Essa questão da cobrança da mídia, para a Oposição é o melhor negócio. Se eu fosse governador, iria trabalhar para fortalecer, iria trabalhar para fazer o governo mais forte, mais presente. E não é cima de redução de cargos que iremos conseguir. Eu trabalharia dentro de um outro foco.

Agora, essa pode ser a situação esperada por alguns: vamos enfraquecê-los, vamos deixá-los mais sensíveis, porque aí vamos conseguir tomar o poder. Eles vão ter que tirar o pessoal deles e depois nós conseguimos colocar novamente todos de volta, porque já botaram e tiraram e já fizeram tantas vezes que vocês não podem dizer que também não têm vontade de ocupar o poder e depois fazer aquilo que for necessário.

Então, nós queremos aqui nos colocar a favor do povo catarinense. Tenho muita responsabilidade na minha representação, no meu posicionamento, tenho ainda a intenção futura de concorrer a novas eleições, seja de deputado estadual, seja de deputado federal, seja de prefeito, seja daquilo que Deus me reservar, ou não! Quem sabe este possa ser o meu último mandato! Mas quero sempre agir, deputado Kennedy Nunes, com a responsabilidade devida, com a seriedade que o povo espera.

Temos dificuldades, sim! Eu queria que todo mundo tivesse sua casa própria, eu queria que todos tivessem acesso à saúde. Só o fato de termos planos privados de saúde já demonstra que o sistema é falido. Mas isso é em âmbito nacional e talvez em âmbito mundial.

Assim, temos que achar as saídas, as soluções, mas temos que fazer isso com muita atenção para que não se crie essa confusão mental e isso aqui não se torne apenas um palco de promoção política. Porque daqui a pouco, estaremos vindo

aqui, gastando o dinheiro do povo, usando a estrutura do povo apenas para nos promover e eu viria todo o dia para a tribuna e colocaria ali o meu nome. Mas exponho a minha presença somente quando acho necessária, mas com a responsabilidade devida, para que não se confunda a mente daquele humilde eleitor.

Eu bati palmas na frente da casa das pessoas, bati palma e pedi voto, disse que iria representá-las e assim tenho feito. Se não fosse assim, não teria feito a votação que fiz. Sou o primeiro suplente, não sou deputado, sempre digo que estou deputado. Mas enquanto for deputado, quero aqui me apresentar com a responsabilidade devida.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar o eminente deputado e meu amigo Edson Piriquito, Piriquito vermelho, e dizer o seguinte: em nenhum momento desmenti o que o deputado Kennedy Nunes colocou.

Só que é preciso que a sociedade tenha conhecimento de que Luiz Henrique foi prefeito por três vezes em Joinville e que nas últimas duas vezes foi reeleito. Quer dizer, fez no primeiro governo mais de 70% dos votos e fez no segundo, também mais de 70%. Isso significa que nem todas as críticas são verdadeiras, senão uma pessoa não receberia todos esses votos. Isso é

porque ele tem responsabilidade, é um homem de bem, sabe governar e governa com o coração e com a inteligência.

Evidentemente que essas críticas aqui foram constantes. Muitos parlamentares atuantes não estão presentes, mas todos os dias era a mesma crítica. O deputado Joares Ponticelli gastou seu CD com discussão todos os dias.

O eminente deputado, sei que é um homem de bem, jovem, com um futuro pela frente, mas pode ter certeza de que o povo de Joinville orgulha o nosso estado. E nós, falando mal de Joinville, das ações em Joinville, falando mal do principal município que orgulha o nosso povo catarinense...

Então, por isso queria restabelecer a direção e vou lutar por Joinville, por aquela terra...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE(Deputado Dagomar Carneiro) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para a próxima terça-feira, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA - DL

ATO DA MESA Nº 017-DL, de 2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso II do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Antonio Serafim Venzon, 1º suplente do PSDB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Luiz Eduardo Cherem, indicado para o cargo de Secretário de Estado da Saúde.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 22 de fevereiro de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 045, de 22/02/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de conformidade com o Termo de Convênio nº 002/07, celebrado entre o Poder Legislativo e a Fundação Catarinense de Educação Especial, visando a cedência recíproca de servidores,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, **SIMONE DA ROSA TASSO**, matrícula nº 1146, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, a partir de 01/02/07.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 046, de 22/02/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de conformidade com o Termo de Convênio nº 002/07, celebrado entre o Poder Legislativo e a Fundação Catarinense de Educação Especial, visando a cedência recíproca de servidores,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, **MARA LUCIA MANFREDINI PERUCHI**, matrícula nº 1142, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, a partir de 01/02/07.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 047, de 22/02/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de conformidade com o Termo de Convênio nº 002/07, celebrado entre o Poder Legislativo e a Fundação Catarinense de Educação Especial, visando a cedência recíproca de servidores,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, **LIANA JUK COUTINHO**, matrícula nº 1604, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, a partir de 01/02/07.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 048, de 22/02/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de conformidade com o Termo de Convênio nº 002/07, celebrado entre o Poder Legislativo e a Fundação Catarinense de Educação Especial, visando a cedência recíproca de servidores,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, **DERLEI CATARINA DE LUCA**, matrícula nº 0895, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, a partir de 01/02/07.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 049, de 22/02/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de conformidade com o Termo de Convênio nº 002/07, celebrado entre o Poder Legislativo e a Fundação Catarinense de Educação Especial, visando a cedência recíproca de servidores,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, **JOACIR MONTAGNA**, matrícula nº 1517, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, a partir de 01/02/07.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO

EXTRATO Nº 010/2007

REFERENTE: Termo de Rescisão do Contrato CL nº 001/2002, celebrado em 02/01/2002.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Damovo do Brasil S.A.

OBJETO: Rescisão do Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Suporte Técnico.

FUNDAMENTO LEGAL: inciso II do art. 79 da Lei nº 8.666/93 e com base na Cláusula Segunda do Termo Aditivo 001/2002-06.

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2007.

Signatários:

Deputado Júlio Garcia - ALESC
Edgar Mogica Maciel - Contratado

*** X X X ***

OFÍCIO

Ofício CSJ 048/07

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2007

Excelentíssimo Senhor

Deputado Júlio Garcia

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Sirvo-me deste para comunicar a Vossa Excelência, que estarei ausente do País a partir do dia 17/02/07 à 26/02/07, para tratar de assuntos particulares, estando nesse período no território Francês.

Atenciosamente,

Deputado Cesar Souza Júnior

Lido no Expediente

Sessão de 22/02/07

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 069

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o autógrafo do projeto de lei que "Institui o Programa PRÓ-EMPREGO e estabelece outras providências", vetando, contudo, as alíneas *a* e *c* do inciso I do § 1º do art. 7º, o inciso V do art. 8º, o inciso III do art. 26 e o inciso II do § 2º do art. 26, por serem inconstitucionais.

O parecer da Secretaria de Estado da Fazenda, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 22/02/07

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

OFÍCIO Nº 214/2007 GABS Florianópolis, 13 de fevereiro de 2007

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário

IVO CARMINATTI

Secretário de Estado de Coordenação e Articulação

NESTA

Exmo. Senhor Secretário,

Em atenção ao Ofício nº 129-SCC-DIAL-GEMAT, de 26 de janeiro de 2007, solicitando manifestação desta Secretaria sobre o autógrafo, aprovado pela Assembléia Legislativa, de conversão em lei da Medida Provisória nº 130/2006, que institui o Programa PRÓ-EMPREGO e estabelece outras providências, temos a informar:

2. dentre os dispositivos constantes do autógrafo em questão merecem, pela repercussão de suas disposições, ser destacados os que seguem.

3. § 1º do art. 7º que trata das hipóteses em que o tratamento tributário diferenciado concedido com base na legislação do Pró-Emprego poderá ser cassado ou alterado. Dentre as possibilidades previstas, cabe destacar aquelas consignadas em suas alíneas "a" e "c", que autorizam a cassação ou alteração do regime sempre que: 1) "dele decorrerem efeitos negativos para a economia catarinense" e 2) "por conveniência do Estado".

4. Tem-se presente, entretanto, que o tratamento diferenciado, concedido às empresas enquadradas no Programa, não pode ser sumariamente revogado por ato da administração tributária, como previsto nas alíneas. Com efeito, as empresas já incorporaram o tratamento em suas respectivas programações estratégicas, envolvendo custos e alocação de recursos. Uma vez cumpridas as exigências do enquadramento no Programa, é preciso que lhes seja garantido um mínimo de segurança, não podendo ficar à mercê da discricionariedade do fisco.

5. O efeito deletério sobre a economia catarinense, repercutindo sobre a renda e o emprego, caracteriza a contrariedade ao interesse público.

6. Inciso V do art. 8º que reduz para 1/10 (um décimo) a parcela de crédito que poderá ser apropriada, mensalmente, relativa à entrada de bens destinados ao ativo permanente. Entretanto, tal regramento foi acrescido a dispositivo que enumera hipóteses de diferimento do pagamento do imposto devido por ocasião do desembaraço aduaneiro de mercadoria importada. Tal fato rompe a necessária lógica entre a enunciação do artigo e seus incisos. O interesse público exige que a dicção da lei seja clara, sem obscuridades ou ambiguidades. Esta condição é negligenciada pela redação do dispositivo que agride a lógica, a técnica legislativa, o bom senso e a língua portuguesa. Fato que se agrava na proporção em que o instituto do diferimento (postergação do imposto) revela-se inconciliável com o direito ao crédito, na medida em que não há que se falar em crédito de imposto diferido.

7. Art. 26 que trata da convalidação de procedimentos já adotados por contribuintes detentores de Prodec. A medida tem por efeito prático convalidar o valor das parcelas do ICMS calculadas pelos contribuintes, cujo prazo de pagamento é postergado para data futura. O inciso III trata da convalidação de procedimentos decorrentes de apropriação de crédito não autorizado pela legislação. Nesse passo, difere dos demais (incisos I e II) constantes do artigo em referência. Enquanto estes dizem respeito a regramento disciplinador do Programa instituído por lei específica, ficando dessa forma ao alvitre do legislador dispor da maneira como bem lhe entender, o inciso III trata de procedimentos não amparados pela legislação que regula o ICMS. Nesse diapasão, precisa ficar presente que a infração descrita no inciso III não é decorrente da aplicação de regramento constante no Prodec, mas sim decorrente do não cumprimento da legislação tributária. No caso, apropriação de crédito não permitido. Ocorre que o regime de compensação do ICMS é matéria regulada pela Lei Complementar nº 87/96.

8. Ainda com referência ao art. 26, cabe censura quanto ao disposto no inciso II do § 2º. A proposta de convalidação, enquanto voltada ao passado não implica diminuição do montante do imposto devido em relação às operações que venham a ser realizadas posteriormente à publicação da lei. Contudo, igual raciocínio não é válido em relação ao inciso em comento. Realmente, trata ele de permitir a recomposição dos saldos financiados mediante a adoção dos procedimentos relacionados no art. 26. A recomposição, terá por consequência, a majoração da parcela incentivada do ICMS a ser gerada, que será paga a longo prazo, e, por outro lado, redução da parte devida mensalmente, não incentivada. Nesse passo, a manutenção desse dispositivo representará diminuição de receita para o ano em curso, fato não previsto quando da elaboração da peça orçamentária.

9. Diante do exposto, nos termos do § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, sugerimos VETO aos seguintes dispositivos:

- alíneas "a" e "c" do § 1º do art. 7º;

- inciso V do art. 8º;

- inciso III do art. 26; e

- inciso II do § 2º do art. 26.

Respeitosamente,

SÉRGIO RODRIGUES ALVES

Secretário de Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA
MEDIDA PROVISÓRIA N. 130/2006

Institui o Programa PRÓ-EMPREGO e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda o Programa PRÓ-EMPREGO, com o objetivo de promover o incremento da geração de emprego e renda no território catarinense, por meio de tratamento tributário diferenciado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art. 2º O Programa destina-se a incentivar empreendimentos considerados de relevante interesse sócio-econômico situados em território catarinense ou que nele venham instalar-se.

§ 1º Entende-se por empreendimento de relevante interesse sócio-econômico aquele representado por projetos de implantação, expansão, reativação, modernização tecnológica, considerados prioritários ao desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Estado e que resultem em geração ou manutenção de empregos, bem como os que consolidem, incrementem ou facilitem exportações e importações.

§ 2º Além dos empreendimentos com maior índice de absorção de mão-de-obra, serão priorizados os que:

I - resultarem em elevado impacto econômico e alavancagem da economia catarinense;

II - promoverem a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e desenvolvimento local e regional;

III - incrementarem o nível tecnológico das atividades produtivas; e

IV - implantarem indústrias não-poluentes ou que forem voltados à preservação do meio ambiente.

§ 3º Poderão também ser enquadrados no Programa empreendimentos que tenham por objeto a instalação, modernização e ampliação de terminal portuário, bem como para a implantação e ampliação de projeto de geração de energia elétrica e de linhas de transmissão.

§ 4º Tratando-se de empreendimento contemplado com benefício concedido com base na legislação citada no art. 18, *caput*, poderá ser levado em consideração, para efeitos de avaliação, a situação existente quando da sua concessão.

Art. 3º Na regulamentação da presente Lei serão definidos:

a) os termos e as condições para fruição do tratamento diferenciado;

b) os benefícios, incentivos e regimes especiais que não poderão ser cumulativamente utilizados com o tratamento diferenciado instituído com base na presente Lei.

Art. 4º Fica constituído Grupo Gestor do Programa PRÓ-EMPREGO integrado por:

I - dois representantes da Secretaria de Estado da Fazenda, indicados por seu titular;

II - um representante da Secretaria de Estado do Planejamento, indicado por seu titular; e

III - um representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, indicado por seu Presidente.

§ 1º Compete ao Grupo Gestor a análise dos documentos apresentados e a avaliação técnica do empreendimento, podendo solicitar os pareceres técnicos que julgar necessários.

§ 2º A análise dos pedidos levará em conta a repercussão do tratamento tributário recomendado sobre a economia catarinense e sobre o sistema de preços.

§ 3º Caso o Grupo Gestor conclua pelo deferimento do pedido, deverá, mediante parecer fundamentado:

I - recomendar o tratamento tributário aplicável ao empreendimento, observado o disposto no § 2º; e

II - sugerir as obrigações acessórias a serem cumpridas pela empresa beneficiada visando o controle e o acompanhamento da execução do empreendimento.

§ 4º Um dos representantes da Secretaria de Estado da Fazenda será da Diretoria de Administração Tributária.

§ 5º O Grupo Gestor será presidido por um dos representantes da Secretaria de Estado da Fazenda, a quem caberá o voto de desempate.

Art. 5º Compete ao Secretário de Estado da Fazenda, à vista do parecer emitido pelo Grupo Gestor, deferir o pedido de enquadramento mediante expedição de resolução definindo o tratamento tributário a ser dado à empresa.

§ 1º Os procedimentos e obrigações que deverão ser cumpridos, para utilização do tratamento diferenciado pelo beneficiário, observado o disposto no art. 4º, § 3º, II, desta Lei serão definidos em ato expedido pelo Diretor de Administração Tributária.

§ 2º A execução do projeto deverá ser iniciada no prazo de doze meses contados da data de publicação da resolução referida neste artigo.

Art. 6º A partir do início e por todo o período de duração do tratamento tributário diferenciado concedido, o estabelecimento enquadrado deverá informar, no prazo estabelecido em regulamento, ao Grupo Gestor:

I - a execução do cronograma de implantação, expansão, reativação ou dos investimentos em pesquisa e tecnologia, o incremento dos níveis de produção ou de prestação de serviços e de absorção de mão-de-obra, até a completa implantação do projeto-base do empreendimento;

II - o percentual que as operações de exportação para o exterior representam em relação ao faturamento obtido; e

III - os investimentos realizados.

Art. 7º Às empresas enquadradas no Programa será dispensado quaisquer dos tratamentos tributários previstos nos arts. 8º a 15 desta Lei, conforme dispuser a resolução referida no art. 5º.

§ 1º O tratamento tributário:

I - poderá ser cassado ou alterado a qualquer tempo:

a) quando dele decorrerem efeitos negativos para a economia catarinense;

b) por não cumprimento de exigências previstas nas normas regulamentares do Programa; ou

c) por conveniência do Estado;

II - sujeita-se à legislação superveniente; e

III - não alcança as obrigações tributárias de caráter acessório, salvo se expressamente previsto no ato de que trata o art. 5º, § 1º, desta Lei.

§ 2º Não poderão enquadrar-se no Programa as empresas:

I - inadimplentes ou cujos sócios ou dirigentes participem do capital ou da administração de empresas na mesma situação; ou

II - com outras pendências junto à Fazenda Estadual, especificadas em regulamento.

§ 3º O descumprimento do disposto no art. 3º desta Lei, implica revogação do tratamento tributário diferenciado conferido à empresa, desde a data do seu descumprimento.

Art. 8º Poderá ser diferido para a etapa seguinte de circulação à da entrada no estabelecimento importador, o ICMS devido por ocasião do desembaraço aduaneiro, na importação realizada por intermédio de portos, aeroportos ou pontos de fronteira alfandegados, situados neste Estado, de:

I - mercadorias destinadas à utilização como insumo na agricultura ou pecuária, pelo próprio importador, cooperativa de produtores, central de cooperativa de produtores ou comerciante atacadista;

II - mercadorias destinadas à utilização como matéria-prima, material intermediário ou material secundário em processo de industrialização em território catarinense, pelo próprio importador;

III - mercadorias destinadas à comercialização por empresa importadora estabelecida neste Estado;

IV - bens destinados à integração ao ativo permanente do importador, adquiridos diretamente do exterior, sem similar produzido no Estado, considerando-se encerrada a fase do diferimento na data da sua baixa do ativo permanente por qualquer razão; e

V - os créditos decorrentes da entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente poderá ser apropriado à razão de até 1/10 (um décimo) por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento.

§ 1º O imposto diferido nos termos dos incisos I, II e III do *caput* será devido somente na hipótese de:

I - o importador não promover nova operação com a mercadoria ou produto resultante de sua transformação ou industrialização;

II - o importador promover nova operação com a mercadoria ou produto resultante de sua transformação ou industrialização sob o regime de isenção, não-incidência ou redução de base de cálculo, salvo quanto às operações cuja legislação expressamente assegure a manutenção integral dos créditos, nas saídas de mercadorias de consumo popular ou integrantes da cesta básica; ou

III - ocorrer qualquer evento que impossibilite a ocorrência do fato gerador subsequente do imposto.

§ 2º O imposto devido:

I - na forma do § 1º, I, deste artigo, deverá ser recolhido com os acréscimos legais, calculados desde a data em que realizado o desembaraço aduaneiro da mercadoria importada; e

II - na forma do § 1º, II, deste artigo:

a) deverá ser recolhido no mesmo prazo fixado em regulamento para recolhimento do imposto relativo ao período de apuração em que ocorrer a saída da mercadoria; e

b) será calculado proporcionalmente à parcela não-tributada, no caso de operação subsequente beneficiada por redução da base de cálculo do imposto.

§ 3º O tratamento previsto no inciso I do *caput* poderá ser aplicado também, nos termos do regulamento, à importação realizada por estabelecimento industrial, desde que o produto resultante da industrialização destine-se a uso na agricultura ou na pecuária.

§ 4º O disposto no inciso III do *caput* não se aplica à mercadoria importada:

I - destinada à utilização em processo de industrialização em território catarinense, exceto, nos termos do regulamento, quando o processo de industrialização desenvolvido neste Estado não alterar a funcionalidade do produto importado, nem sua denominação; ou

II - que tenha similar produzido em território catarinense.

§ 5º Na hipótese do inciso III do *caput*:

I - o pagamento do imposto devido poderá ser diferido, total ou parcialmente, para o momento da saída interna subsequente à entrada da mercadoria importada, nos termos do regulamento;

II - poderá ser apropriado crédito em conta gráfica, por ocasião da saída subsequente à entrada da mercadoria importada, de modo a resultar em uma tributação equivalente a três por cento do valor da operação própria; e

III - terão o mesmo tratamento dado à comercialização, as saídas em transferência para outras unidades da Federação.

§ 6º A comprovação de não similaridade prevista no inciso IV, do *caput*, poderá ser:

I - feita, em até cento e vinte dias, após a realização da operação; e

II - suprida com a apresentação do atendimento de idêntica condição perante à Receita Federal.

§ 7º O tratamento previsto no inciso IV do *caput*, nos termos do regulamento, poderá alcançar as operações de arrendamento mercantil.

§ 8º O diferimento de que trata este artigo:

I - aplica-se também à importação de mercadoria proveniente de países membros ou associados ao Mercosul, cuja entrada no território nacional ocorra por outra unidade da Federação, desde que realizada exclusivamente por via terrestre; e

II - não se aplica:

a) às importações realizadas por empresas enquadradas no regime de que trata a Lei nº 11.398, de 8 de maio de 2000 (SIMPLES-SC); ou

b) à importação de materiais para uso e consumo do próprio estabelecimento ou à aquisição de bens para o ativo permanente para a produção de mercadorias e serviços beneficiadas com isenção total ou parcial do ICMS, ou para prestação de serviços sujeitos ao Imposto Sobre Serviços de competência dos Municípios.

§ 9º Em substituição ao tratamento tributário previsto no § 5º, II, deste artigo, poderá ser concedida dilação de prazo de pagamento do imposto a recolher, em até vinte e quatro meses, sem juros, a contar do período de referência subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nos termos do regulamento.

§ 10. A concessão do tratamento diferenciado previsto nos §§ 5º e 9º deste artigo poderá ser condicionada à apresentação de garantia, real ou fidejussória, nos termos do regulamento.

§ 11. O disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo aplica-se também, salvo disposição em contrário da legislação de regência ou do ato concessório específico, às demais operações em que a legislação tributária autorize o diferimento do ICMS devido por ocasião da importação de mercadorias adquiridas para os fins previstos nos incisos I a III do *caput*.

§ 12. As disposições do § 11 deste artigo alcançam inclusive as operações realizadas até a publicação desta Lei.

§ 13. As disposições constantes do inciso I do § 8º aplicam-se também às importações realizadas até a data de publicação desta Lei, de conformidade com o nele estabelecido observada as condições estabelecidas no ato concessório do benefício.

§ 14. O diferimento do pagamento do imposto previsto na legislação do ICMS, aplicável às operações e prestações com mercadorias destinadas ao ativo permanente ou para uso e consumo do estabelecimento adquirente, tem sua fase encerrada, observado o que estabelece especificamente o dispositivo instituidor do tratamento, somente na hipótese expressamente nele previsto, aplicando-se o disposto neste parágrafo inclusive em relação às operações e prestações realizadas até a publicação desta Lei.

Art. 9º Poderá ser diferido o ICMS relativo à saída das seguintes mercadorias, de estabelecimento localizado neste Estado, para utilização em processo de industrialização em território catarinense, por empresas exportadoras:

I - matéria-prima, material secundário, material de embalagem, energia elétrica e outros insumos; e

II - bens destinados à integração ao ativo permanente.

§ 1º O disposto no *caput* poderá ser estendido ao imposto incidente sobre a prestação de serviço de transporte das mercadorias, quando iniciado neste Estado.

§ 2º O tratamento tributário previsto neste artigo fica condicionado a que as exportações para o exterior do País correspondam, no mínimo, a cinquenta e um por cento do faturamento da empresa neste Estado.

Art. 10. Poderá ser diferido o ICMS relativo aos materiais e bens adquiridos de estabelecimento localizado neste Estado, para a construção de empreendimento que se enquadre nas regras do Programa, considerando-se encerrada a fase do diferimento na data da alienação.

Art. 11. O saldo credor acumulado, transferível conforme dispõe a legislação tributária, poderá:

I - ser compensado com o ICMS devido na importação de bens ou mercadorias com despacho aduaneiro no território catarinense; ou

II - ser transferido a terceiro, inclusive:

a) para pagamento do ICMS de que trata o inciso I, observada a condição nele estabelecida;

b) para integralização de capital de nova empresa ou modificação de sociedade existente; ou

c) para pagamento de mercadorias adquiridas por terceiros, em regime de substituição de fornecedores interestaduais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não elide a possibilidade de concessão de autorização de transferência ou utilização de saldo credor acumulado em outras hipóteses previstas na legislação tributária.

Art. 12. Poderá ser diferido para a etapa seguinte de circulação o ICMS relativo às saídas internas de mercadorias destinadas a centros de distribuição que atendam os Estados das Regiões Sul e Sudeste.

Art. 13. Na hipótese de implantação, expansão ou reativação de atividades de estabelecimento industrial e de centros de distribuição que atendam os Estados das Regiões Sul e Sudeste, o valor do incremento do ICMS apurado em cada período poderá ser pago, levando-se em consideração a localização regional do empreendimento, com dilação de prazo em até vinte e quatro meses, a contar do período subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

§ 1º A dilatação de prazo fica condicionada à prova da capacidade financeira de quitação do ICMS.

§ 2º O prazo de fruição do incentivo não poderá exceder a trinta e seis meses.

Art. 14. Aos contribuintes que requererem, em tempo hábil, o direito previsto na art. 31 da Lei nº 10.789, de 3 de julho de 1998, fica assegurada a imediata adoção, pela autoridade fiscal competente, de todas as medidas necessárias à implementação de seus efeitos, independentemente da fase em que se encontre o respectivo processo administrativo.

Art. 15. Tratando-se de instalação, modernização ou ampliação de terminal portuário, poderá ser concedido:

I - redução do imposto incidente sobre a energia elétrica consumida nas áreas operacionais do porto, de modo que a tributação seja de, no mínimo, sete por cento; e

II - diferimento do imposto devido por ocasião do desembarço aduaneiro na importação de bens realizada por intermédio de portos, aeroportos ou pontos de fronteira alfandegados situados neste Estado.

Art. 16. Para projetos de implantação e expansão de empreendimentos geradores de energia elétrica e de linhas de transmissão, poderá ser concedido diferimento, na aquisição de bens e materiais destinados à integração do ativo permanente, do imposto:

I - que incidir nas operações internas;

II - devido por ocasião da importação, desde que realizada por intermédio de portos, aeroportos ou pontos de fronteira alfandegados situados neste Estado; e

III - relativo ao diferencial de alíquota, quando adquiridos de outras unidades da Federação.

Art. 17. Na hipótese dos arts. 8º, IV, 9º, II, 10, 15, II, e 16 desta Lei, o recolhimento do imposto diferido somente será obrigatório se o bem vier a ser alienado ou transferido para estabelecimento do mesmo titular situado em outra unidade da Federação antes de decorridos quatro anos de sua entrada no estabelecimento, nos seguintes percentuais:

a) cem por cento do valor do imposto diferido, se a alienação ou a transferência ocorrer antes de decorrido um ano;

b) setenta e cinco por cento do valor do imposto diferido, se a alienação ou a transferência ocorrer após um ano e até dois anos;

c) cinquenta por cento do valor do imposto diferido, se a alienação ou a transferência ocorrer após dois anos e até três anos; ou

d) vinte e cinco por cento do valor do imposto diferido, se a alienação ou a transferência ocorrer após três anos e até quatro anos.

Art. 18. A Secretaria de Estado da Fazenda providenciará a revisão dos tratamentos concedidos com base no disposto nos arts. 218 a 226 do Anexo 6 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado de Santa Catarina - RICMS/SC, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001, com vistas à adequação destes ao disposto nesta Lei.

§ 1º Enquanto não revistos os enquadramentos, ficam mantidos, até o término do prazo previsto no ato concessório específico ou até 31 de dezembro de 2008, o que ocorrer primeiro, os tratamentos tributários diferenciados concedidos com base na legislação mencionada no *caput*.

§ 2º Ficam convalidadas as operações e prestações realizadas, até a publicação desta Lei, com utilização de benefício concedido estritamente de acordo com as disposições regulamentares respectivas vigentes à época de sua concessão.

§ 3º Os enquadramentos concedidos com base na legislação citada no *caput* às empresas do setor moveleiro e madeireiro, ainda que por intermédio de suas entidades representativas, enquanto não revistos, ficam mantidos até 31 de dezembro de 2008, aplicando-se, a partir de 1º de janeiro de 2007, o diferimento do pagamento do ICMS previsto no art. 223 do Anexo 6 do RICMS/SC, sobre a totalidade do imposto devido.

§ 4º Os tratamentos especiais a que se refere o *caput* deste artigo, que expiram no período compreendido entre a data da revogação dos dispositivos regulamentares nele mencionados até a data da publicação desta Lei, ficam prorrogados por 120 (cento e vinte) dias, nas condições da legislação então vigente.

Art. 19. O FUNDO PRÓ-EMPREGO, criado pela Lei Complementar nº 249, de 15 de julho de 2003, vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, constituir-se-á na estrutura financeira do Programa PRÓ-EMPREGO.

Art. 20. O enquadramento das empresas no Programa PRÓ-EMPREGO fica condicionado ao compromisso de contribuição financeira para o FUNDO PRÓ-EMPREGO, equivalente a dois inteiros e cinco décimos por cento do valor mensal da exoneração tributária decorrente, durante a vigência do tratamento tributário diferenciado previsto nesta Lei.

§ 1º O valor da contribuição de que trata este artigo será calculado sobre a diferença entre o valor que seria devido e o resultante do tratamento tributário diferenciado.

§ 2º A exigência prevista no *caput* somente se aplica:

I - aos incentivos previstos no art. 8º, § 5º, II, e nos arts. 10 e 13, concedidos após a data de publicação desta Lei; e

II - a partir da data em que for cientificada a empresa da revisão prevista no art. 18 desta Lei, na hipótese dos empreendimentos de que trata o referido artigo.

§ 3º A interrupção da contribuição financeira para o FUNDO PRÓ-EMPREGO acarretará, a partir do prazo previsto no regulamento, a suspensão do tratamento tributário diferenciado.

§ 4º O tratamento tributário diferenciado, no caso de regularização do recolhimento devido a título de contribuição, fica restabelecido, a partir da data de sua regularização, independentemente requerimento do interessado.

Art. 21. Fica autorizado o FUNDO PRÓ-EMPREGO a receber créditos acumulados de ICMS transferíveis a terceiros conforme dispõe a legislação tributária e outros créditos contra a Fazenda Estadual e transferi-los para contribuintes do imposto para abatimento do valor devido em conta gráfica, nos termos do regulamento.

Art. 22. O Poder Executivo fica autorizado a implementar programa de revigoramento de empresas dedicadas à extração de carvão mineral consistente na apropriação, na escrita fiscal, de créditos relativos ao ICMS, decorrente da entrada no estabelecimento:

I - de bens destinados ao ativo imobilizado, em prazo inferior àquele previsto na Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996; e

II - de partes e peças de reposição destinadas a equipamentos e máquinas utilizados diretamente na exploração mineral.

§ 1º Ficam:

I - remidos os créditos tributários constituídos até a publicação da presente Lei, em razão da apropriação, em conta gráfica do ICMS, de créditos a que se refere o inciso II; e

II - convalidados os procedimentos adotados, até a publicação desta Lei, pelos contribuintes de conformidade com o disposto neste artigo.

§ 2º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação das importâncias já pagas.

Art. 23. A Lei nº 10.297, de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 103.

IV - a partir de 1 de janeiro de 2011, quanto ao direito ao crédito relativo às mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento; e

V - As empresas de distribuição de energia elétrica e as Cooperativas de Eletrificação Rural ficam dispensadas de estornarem os créditos fiscais de ICMS, advindos do creditamento de bens do ativo imobilizado (Lei nº 10.297, de 1996, arts. 22 e 27) no período de dezembro de 2001 a dezembro de 2006.

Parágrafo único.

I -

) a partir de 1 de janeiro de 2011, nas demais hipóteses;

II -

) a partir de 1 de janeiro de 2011, nas demais hipóteses;”

(NR)

Art. 24. A Lei nº 13.790, de 6 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 4º

§ 2º O recolhimento do imposto somente será obrigatório

no caso do bem ser alienado ou transferido para estabelecimento do mesmo titular situado em outra unidade da Federação, ou na hipótese da dissolução da empresa de transporte, nos seguintes percentuais:

..... “ (NR)

Art. 25. A Lei nº 13.806, de 31 de julho de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 1º

I -

a) tratando-se de débito não lançado de ofício, àqueles com prazo de pagamento vencido até o dia 26 de junho de 2006;

b) tratando-se de débito lançado de ofício, àqueles constituídos até o dia 26 de junho de 2006;

c) tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, àqueles inscritos até o dia 26 de junho de 2006;

d) tratando-se de débito parcelado, lançado ou não de ofício, aos respectivos saldos, desde que a primeira parcela tenha sido recolhida até o dia 26 de junho de 2006; e

II

a) tratando-se de débito lançado de ofício, àqueles constituídos até o dia 26 de junho de 2006; ou

b) tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, com àqueles inscritos até o dia 26 de junho de 2006.

Art. 6º

§ 3º A opção de trata o § 1º:

I - deverá ser formalizada até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação da respectiva regulamentação, inclusive na hipótese do inciso II deste parágrafo; e

II - fica estendida a qualquer estabelecimento de sujeito passivo optante pelo REFISC/SC, inclusive àquele pertencente a empresa coligada com este, ou que seja sua controladora ou por ele controlada, não podendo o prazo de parcelamento exceder àquele previsto no § 5º do art. 3º da Lei nº 11.481, de 17 de julho de 2000, contado da data em que o sujeito passivo optou pelo Programa." (NR)

Art. 26. Ficam convalidados os procedimentos adotados pelos contribuintes detentores de regime especial concedido com base na legislação do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC, vigente ou não, relativamente:

I - a não correção monetária dos valores computados para efeito de cálculo da média de recolhimento do ICMS, utilizada para fins de verificação do incremento do imposto gerado pelo projeto incentivado; e

II - à inclusão, como ICMS gerado pelo projeto incentivado, de valores:

a) correspondentes a operações de exportação de mercadorias para o exterior, como se devido fosse;

b) em decorrência da importação de mercadorias do exterior.

III - a erros de cálculo na determinação da média a que alude o inciso I, em decorrência de glosa fiscal de créditos escriturados em desacordo com a legislação do imposto, salvo se o registro for resultante de simulação ou referente a documento fiscal inidôneo.

§ 1º Ficam cancelados os créditos tributários constituídos em decorrência da constatação dos procedimentos a que se refere este artigo.

§ 2º O disposto neste artigo:

I - não autoriza a compensação ou restituição de importâncias já pagas; e

II - no caso de projetos em andamento, a regularização será efetuada mediante recomposição dos saldos dos financiamentos.

Art. 27. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a conceder outros benefícios relacionados ao ICMS, como forma de compensar as empresas catarinenses pelos prejuízos decorrentes da concessão de benefícios fiscais ou financeiros à importação de mercadorias por outras unidades da Federação, em desacordo com a lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 25 de janeiro de 2007

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado José Paulo Serafim - 4º Secretário

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 070

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em estrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, comunico a essa Casa Legislativa que devo ausentar-me do País, no período compreendido entre os dias 10 a 23 de março do corrente ano, com destino à França, à Alemanha e à Espanha, objetivando efetuar contatos com autoridades de entidades públicas e privadas, para atrair investimentos ao Estado e estreitar a cooperação nas áreas do turismo e da economia.

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 22/02/07

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 071

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em estrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, comunico a essa Casa Legislativa que devo ausentar-me do País, no período compreendido entre os dias 22 a 25 de fevereiro do corrente ano, em caráter particular, sem acarretar ônus ao erário, com destino ao Uruguai.

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 22/02/07

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 734, de 22/02/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, que passam do "Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheren" para o "Gabinete do Deputado Serafim Venzon", a partir de 22 de fevereiro de 2007:

Matr	NOME DO SERVIDOR	Código/Nível
3286	Graziela de Freitas Porto	PL/GAB-14
3671	Fernando Dias	PL/GAB-14
3868	Joao Augusto de Salles	PL/GAB-14
	Marcia Pamplona Trovao	PL/GAB-13
	Josiane Benevenute	PL/GAB-13
	Gerson Luiz Donca	PL/GAB-13
	Lucas dos Santos Prates	PL/GAB-13

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 735, de 22/02/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR JOSE GERALDO DA SILVA, matrícula nº 1467, na Coordenadoria de Transportes.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 736, de 22/02/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR LUIZ CESAR VERISSIMO, matrícula nº 0915, na Coordenadoria de Transportes.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 737, de 22/02/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR SAULO DE OLIVEIRA, matrícula nº 1138, na Coordenadoria de Transportes.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 738, de 22/02/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR JOENIO PIRES, matrícula nº 1304, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***